UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

ANA CLARA MEDEIROS

A ATUAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO EM TERMOS DE SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA RELACIONADO AO DOCUMENTO O FUTURO QUE QUEREMOS (THE FUTURE WE WANT)

Florianópolis

2015

ANA CLARA MEDEIROS

A ATUAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO EM TERMOS DE SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA RELACIONADO AO DOCUMENTO O FUTURO QUE QUEREMOS (THE FUTURE WE WANT)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr.

Florianópolis

2015

ANA CLARA MEDEIROS DA SILVEIRA

A ATUAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO EM TERMOS DE SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA RELACIONADO Á RIO+20

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel, em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de junho de 2015.

Prof. e Orientador José Baltazar S. O. de Andrade Guerra, Dr

Prof. Paulo Roberto Ferreira

Prof. João Marcelo

Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico essa pesquisa à todas as pessoas que ainda não compreenderam a importância do Desenvolvimento Sustentável.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à oportunidade de fazer parte do tão importante Universo Acadêmico, de evoluir como ser humano e profissional.

Agradeço ao meu professor e orientador José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra por acreditar e me apoiar durante a realização deste trabalho, e principalmente por toda a inspiração como profissional de excelência transmitida à cada dia que tive o privilégio de sua companhia como orientador e professor.

Agradeço à Mariana Garcia Moreno por todo aprendizado que me proporcionou com amor, pelas horas de paciência dedicadas, por acreditar em meus ideais de vida.

Agradeço meus familiares, em especial minha mãe Irene Medeiros Brognolli, meu pai Claudemar da Silveira e minha irmã, Maria Eduarda Medeiros que com amor estiveram sempre ao meu lado, em todos os momentos difíceis e sempre acreditaram em meus potenciais e meus sonhos mais altos, mesmo quando eu mesma não pude fazê-lo.

"Sustentabilidade é quando podemos ver; sentir; tocar numa flor, numa árvore, comer uma fruta, sentir o perfume das manhãs, respirar ar puro, tomar a água límpida de um riacho e deixar tudo lindo para que as futuras gerações possam sentir, comer, tocar, ver, beber e respirar o mesmo ar puro que um dia tivemos para nós." Autor desconhecido

RESUMO

O presente trabalho traz uma relação entre as ações do Estado brasileiro e as principais recomendações do documento final produzido pela Conferência das Nações Unidas sobre Sustentabildiade (RIO+20) entitulado "O Futuro que Queremos" , com ênfase na temática energética. Analisa-se as formas de atuação do Governo brasileiro através de seus programas envolvendo energia e sustentabildade energética, exemplifica-se as ações e destaca-se a relação dos principais programas de energia com os compromissos assumidos após a RIO+20. Será apresentado o histórico das principais conferências ambientais e a evolução do tema desenvolvimento sustentável globalmente à partir da década de 1960 até 2012. Esse contexto nos leva à um ponto de inflexão no cenário internacional que permite relativisar o tema energia dentro da temática ambiental. Da mesma forma, permite-se a visualização dos resultados das principais conferências ambientais internacionais, e sua relevância na busca do Desenvolvimento Sustentável nos seus três pilares: social, econômico e sustentável.

Palavras chave: Desenvolvimento sustentável. Conferências Ambientais. Energia. Rio +20. Políticas Ambientais Energéticas Brasileiras.

ABSTRACT

This paper provides a link between the actions of the Brazilian State and the main recommendations of the final document produced by the United Nations Conference on Sustainable Development (RIO + 20) entitled "The Future We Want", with emphasis on the energy theme. Analyzes the ways the Brazilian government's performance through its programs involving energy and energy sustentabildade exemplifies up actions and stands out the relationship of the main energy programs with the commitments after the RIO + 20. The history of major environmental conferences and the evolution of the sustainable development will be presented globally from the 1960s until 2012. This context leads us to a turning point in the international arena that allows the relativization of the energy subject within the environmental area. Similarly, it allows the visualization of the results of major international environmental conferences, and its relevance in the pursuit of sustainable development in its three pillars: social, economic and sustainable.

Keywords: Sustainable Development. Environmental Conference. Rio +20. Brazilian Environmental Energy Policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA 12
1.2 OBJETIVOS 14
1.2.1 Objetivo geral 15
1.2.2 Objetivos específicos 15
1.3 JUSTIFICATIVA 15
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 16
1.4.1 Classificação da Pesquisa quanto à natureza 17
1.4.2 Classificação da Pesquisa quanto à abordagem 17
1.4.3 Classificação da pesquisa quanto à objetivos 18
1.4.4 Classificação da pesquisa quanto à procedimentos 18
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO **19**
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 21
2.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 21
2.2 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 28
2.3 OS OBJETIVOS DO MILÊNIO: *THE MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS* 34
2.4 GLOBALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 38
3 EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DE ESTOCOLMO AOS DIAS ATUAIS. 46
3.1 PANORAMA HISTÓRICO DOS EVENTOS E CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS. UM VISLUMBRE DAS DÉCADAS DE 1960, 1970 E A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO. 46
3.2 A DÉCADA DE 1980 E A QUESTÃO AMBIENTAL DENTRO DO SISTEMA INTERNACIONAL 54
3.3 A DÉCADA DE 1990 E A RIO-92 58
3.4 A AGENDA 21 61
3.5 AS CONFERÊNCIA AMBIENTAIS DO SÉCULO XXI: A CONFERÊNCIA DE JOANESBURGO E A RIO +20 63
4 UMA BREVE TRAJETÓRIA DA SUSTENTABILIDADE NO BRASIL 69

5 A QUESTÃO ENERGÉTICA: ENERGIA RENOVÁVEL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA.....78
5.2.2 Programa de Mobilização Energética..... 82
5.2.3 Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica 82
5.2.4 Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural. 83
5.2.6 Plano Nacional sobre Mudança do Clima 84
5.2.7 Plano Nacional de Eficiência Energética 85
5.2.8 Programa Luz para Todos 86
5.3.3 Resumo dos Programas de Sustentabilidade Energética do Brasil em referência às recomendações do Documento "O Futuro que Queremos"...... 89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 91
REFERÊNCIAS 93

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se o aflorar da questão do desenvolvimento sustentável no mundo – cada vez mais sedento por mudanças e ajustes em todos os níveis –, ao passo em que também se concebe a noção de que ainda se está distante de um desenvolvimento livre de impactos. Encontram-se desafios cada vez maiores na busca de um meio mais equilibrado na utilização dos recursos naturais disponíveis, nos atos de preservar o meio físico e da contínua evolução das relações sociais. O valor do desenvolvimento sustentável é de vital importância para o arranjo dos Estados frente à temática ambiental, mas é nítido o confronto com uma dicotomia latente: sob uma perspectiva otimista, pesquisadores mostram como as pessoas no mundo se tornaram mais saudáveis, com maior poder aquisitivo, mais instruídas, mais interconectadas e com maior expectativa de vida; No entanto, fica cada vez mais clara as disfuncionalidade dos modelos econômicos do século XX, chegando ao limite no que se refere aos impactos ambientais que causam.

O humano é personagem principal no jogo de forças com a natureza e , neste aspecto, não se trata aqui apenas do meio ambiente, discute-se também a própria natureza humana. Na sede pelo novo, na ânsia pelo conforto, na ambição pelo acúmulo de bens e riquezas, na busca de se atingir o que se entende por prosperidade. Ao mesmo tempo em que se trava essa batalha materialista, parece inconcebível pensar sobre a paz e a democracia sem o mínimo de equidade econômica.

É nesse contexto que as nações e sociedades do mundo encontram os maiores desafios, os “desafios do milênio” . Percebe-se, dentro dos debates em Fóruns e Conferências mundiais, a efervescência do tema “Desenvolvimentos Sustentável” como conceito chave. Diferentes abordagens são aceitas dentro desta temática, mas, primordialmente, confronta-se a necessidade de desenvolvimento de muitas nações que ainda não atingiram o patamar de riqueza dos países desenvolvidos com o imperativo da sustentabilidade, que torna mais restrita a possibilidade do desenvolvimento econômico, já que pode interferir no processo produtivo das nações.

Sendo a sociedade internacional formada por indivíduos e organismos de diferentes nacionalidades, cimentadas por interesses privados, a forma encontrada

por alguns países para aplicar o conceito de desenvolvimento, consiste no redirecionamento de suas economias unilateralmente à sustentabilidade.

Percebe-se a importância das Relações Internacionais na forma como os Estados e Organismos Internacionais interatuam nas esferas ambientais pela consolidação de suas políticas e tratativas, sabendo que toda base protetiva internacional está na defesa e busca pela efetividade dos Direitos Humanos e Fundamentais, e, sem dúvida, o desenvolvimento sustentável é um deles.

O Brasil se destaca como um expoente da sustentabilidade, ao menos na intenção, e, por meio do uso dos métodos de avaliação, como indicadores do desenvolvimento sustentável, torna-se possível verificar o quanto do discurso se converte em prática.

Diante do exposto, propõe-se a analise histórica das conferências ambientais como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (CNUMA) ou ECO-92; a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (CMDS) ou RIO+10; e a mais atual a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) , conhecida como RIO+20.

Traz-se também para análise, o documento O Futuro que Queremos, relacionando seu conteúdo proporcional com as medidas que o governo brasileiro tomou, no que tange a sustentabilidade energética.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

A maioria dos debates científicos sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável foram acentuados no final do século XX e início do século XXI, denotando um contexto internacional de crescente interesse pela questão. O termo “desenvolvimento sustentável” foi popularizado no documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), relatório publicado pela Comissão da Organização das Nações Unidas sobre o meio ambiente e Desenvolvimento em 1987, sendo também conhecido como o "relatório de Brundtland". *Our Common Future* promoveu a definição clássica do desenvolvimento sustentável como sendo "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades" (RELATÓRIO DA COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, *OUR COMMON FUTURE,* 1987, p.16).

A aceitação do relatório pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) , deu relevância política ao tema e cinco anos se passaram até que, em 1992, foram estabelecidos os princípios do desenvolvimento sustentável na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, Brasil.

O referencial teórico para o desenvolvimento sustentável evoluiu entre 1972 e 1992 por uma série de conferências e iniciativas internacionais. A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (CNUAH), realizada em Estocolmo em 1972 foi a primeira grande reunião internacional a discutir a sustentabilidade em escala global. A conferência gerou a criação de uma série de recomendações que lideraram o estabelecimento de um programa das Nações Unidas especificamente para o Meio Ambiente (UN *Enviroment Programme* - UNEP) e também a criação de inúmeras agências de proteção ambiental a nível nacional (DREXHAGE, 2014.). Gradativamente se amplia a importância do papel de tais programas e instituições na normatização e gerenciamento das temáticas ambientais nas Relações Internacionais.

Sachs (2014) afirma que desenvolvimento sustentável trata também de uma perspectiva de mundo sob um ponto de vista normativo, significando que são recomendados um "conjunto de metas" a serem objetivadas. Neste senso ético, o Desenvolvimento Sustentável clama por um mundo no qual o progresso econômico seja generalizado; a extrema pobreza eliminada; a confiança social seja encorajada por meio de políticas que fortifiquem as comunidades; e o meio ambiente esteja protegido da degradação 'humano-induzida". Pode-se notar, destarte, que o desenvolvimento sustentável determina uma visão holística de mundo, na qual a sociedade objetive e integre desenvolvimento econômico e social com o planeta físico.

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) foi a primeira conferência existente sobre o gênero , e obteve certo êxito, no que concerne estabelecer um aumento da consciência pública sobre a necessidade de se integrar meio ambiente e desenvolvimento. De acordo com os dados gerados pelo Relatório da Organização das Nações Unidas, os principais resultados da conferência incluem: a Convenção sobre Mudanças Climáticas, o acordo sobre mudanças climáticas que levou ao Protocolo de Kyoto , a

Agenda 21 , e uma Convenção sobre Diversidade Biológica(NAÇÕES UNIDAS, 1992).

A mais recente das conferências sobre meio-ambiente foi a “Rio+20”, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, sediada no Rio de Janeiro, Brasil, em 2012. Ban Kee-Moon, atual secretário geral das Nações Unidas, participou de um encontro da Assembleia geral da ONU em junho de 2012, para comentar os resultados da Conferencia da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO+20). Mais de 700 compromissos entre governos, empresários e outros parceiros da sociedade civil foram registrados. Entre eles, kee-Moon (2012) destaca especialmente a temática da Energia Sustentável para todos.

> [...] Energia é o fio dourado que liga inclusão, desenvolvimento social e proteção ambiental. Mais de um bilhão de pessoas serão beneficiadas de compromissos públicos e privados para uma Energia Sustentável para Todos nas próximas duas décadas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2012, s/p).

A escolha do Brasil para sediar uma conferência de tamanha importância condiz com o destaque mundial do país dentro das temáticas ambientais, com grande ênfase para a área energética. Sua posição geográfica, seu tamanho de mercado, recursos de petróleo e sua liderança em fontes de energia renováveis na América Latina fazem do Brasil um candidato forte para assumir a coordenação de uma integração competitiva e segura dos mercados energéticos sul-americanos. (SERIES ON TRADE AND ENERGY SECURITY: ENERGY SECURITY IN SOUTH AMERICA: THE ROLE OF BRAZIL, 2010).

Todas as questões e fatos abordados acima conduzem à questão central de pesquisa, que direcionou e aprofundou o desenvolvimento deste estudo: **Quais foram as pricipais políticas de sustentabilidade energética do governo brasileiro de acordo com as recomendações estabelecidas no documento final "THE FUTURE WE WANT(Rio +20) ?**

1.2 OBJETIVOS

Partindo-se da definição da questão central desta pesquisa, serão apresentados, na sequência, os objetivos deste estudo.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral é analisar as políticas energéticas do governo brasileiro, relacionando-as com as recomendações para área de energia, presentes no documento "O Futuro que queremos" (The Future We Want).

1.2.2 Objetivos específicos

De forma a atingir e complementar o objetivo geral, apresentam-se alguns objetivos específicos a serem alcançados no decorrer do trabalho:

- Analisar historicamente as Conferências Ambientais e os objetivos do desenvolvimento sustentável;

- Definir a questão energética, as energias renováveis e a eficiência energética;

- Analisar as políticas do Estado brasileiro na temática energética apontando as conformidades em relação as medidas propostas pelo documento final RIO+20 "The Future We Want" na área de energia.

1.3 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento sustentável é um paradigma visionário de desenvolvimento. Durante os últimos 20 anos, os governos, as empresas e a sociedade civil têm gradativamente aceitado a sustentabilidade como um princípio orientador. Entretanto, o conceito ainda se faz elusivo e a implementação prática complexa. As tendências contra a sustentabilidade continuam e os pontos de entrada políticos que permitissem um progresso real ainda não foram encontrados.

A autora acredita que é possível traçar um caminho de desenvolvimento que realmente se preocupe com a equidade, a redução da pobreza, a redução do uso de recursos não sustentáveis e um aumento da integração das questões econômicas, ambientais e sociais na tomada de decisões dos Estados, empresas e sociedade civil. Mas para tal é preciso ampliar as redes de reflexões sobre o tema

"sustentabilidade", e levar à sociedade uma noção mais clara do que seriam os pontos de maior enfoque do tema atualmente, no mundo e no Brasil, aumentando assim a relevância social do presente projeto de pesquisa. A autora busca trazer informações recentes dentro do tema desenvolvimento sustentável , bem como elucidar as ações e as práticas que vem sido tomadas pelo governo brasileiro na área energética com base nas resoluções do documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20).

A importância desse trabalho, especialmente para o curso de Relações Internacionais da UNISUL, comprova-se pelos temas abordados ao longo do projeto, tratando de questões relacionadas com disciplinas da grade do curso e projetos de pesquisa conduzidos pela Universidade do Sul de Santa Catarina, como, por exemplo, o Projeto: *Promoting Renewable Electricity Generation in South America (*REGSA). Temas como condicionalismos ambientais nas atividades humanas, as consequências ambientais das atividades humanas, a cooperação global sobre as alterações climáticas, a importância da relação nacional-internacional nas negociações sobre mudanças climáticas são problemáticas de extrema importância nos debates das Relações Internacionais contemporâneas, bem como são assuntos de suma importância para a humanidade vivente no globo, especialmente para as futuras gerações.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É essencial destacar que a presente pergunta de pesquisa apresentada, determina o principal foco deste estudo, o desenvolvimento dessa questão e sua resposta busca evidenciar os pontos de congruência entre o proposto pela Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento gerada em 2012 e o papel desempenhado pelo Estado brasileiro dentro da temática energética, bem como suas ações e progressos. Para tanto, na composição deste trabalho acadêmico, foram utilizadas distintas vertentes de pesquisa.

A pesquisa é um "procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do

conhecimento" (ANDER-EGG, 1978:, p. 33 apud MARCONI; LACATOS, ano, p. 139).

A pesquisa, é, portanto, um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

De forma geral, a composição deste estudo será fundamentada em pesquisas exploratórias, de natureza básica, com abordagem qualitativa das questões abordadas ao longo do projeto de conclusão de curso, buscando uma maior interpretação dos temas apresentados visando um maior conhecimento sobre a temática em questão.

A seguir, serão apresentadas as classificações específicas da pesquisa.

1.4.1 Classificação da Pesquisa quanto à natureza

O presente trabalho caracteriza-se, quanto à natureza como sendo básica, ou seja, objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da Ciência sem aplicação prática prevista, sem finalidades imediatas. Envolve verdades e interesses universais. (ANDER-EGG, 1978, p.33 apud MARCONI E LACATOS, p. 19).

Para a pesquisadora, o conhecimento e o aprofundamento nas questões geradas pela sustentabilidade, dentro das Relações Internacionais, são indispensáveis para a compreensão de mundo na contemporaneidade; como cidadã, parte de uma sociedade interconectada e como estudiosa do tema.

1.4.2 Classificação da Pesquisa quanto à abordagem

A pesquisa, quanto à abordagem do problema, classificou-se em qualitativa.

> As pesquisas que se utilizam da abordagem qualitativa possuem a facilidade de poder descrever a complexidade de determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões [...] (OLIVEIRA, 1999, p. 117).

A pesquisa qualitativa se mostrou imprescindível no que concerne a compreensão do termo sustentabilidade, bem como todas as complexidades geradas pelo tema. O aprofundamento das questões ambientais dentro das Relações Internacionais e a compreensão sobre o processo de mudança do planeta e de sua população devido à alterações climáticas e a disponibilidade de recursos energéticos renováveis gerou uma intensa pesquisa afim de atender os objetivos específicos do presente projeto. Como por exemplo o apontamento de limitações e êxitos do Estado brasileiro dentro da sustentabilidade, mais especificamente no setor energético, e qual, ou quais as reais necessidades de se haverem normatizações supra governamentais dentro das questões ambientais.

1.4.3 Classificação da pesquisa quanto à objetivos

Os objetivos específicos deste projeto de conclusão de curso se associam com uma pesquisa exploratória. Como descreve Severino (2007), a pesquisa exploratória procura elencar informações sobre um objeto especifico, e toda a validade de manifestações possíveis relacionadas a esse objeto.

No que concerne métodos empregados no que condiz à busca por materiais e sua envoltura na presente pesquisa, destaca-se a documentação como o primeiro deles. Fazendo-se uso de relatórios oficiais da Organização das Nações Unidas, bem como procedimento documental, quando se é abordado o conteúdo de documentos disponíveis em sites oficiais de Organizações Internacionais como a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento[1] , e outros organismos internacionais como o *Global Scenario Group* (GSG).

1.4.4 Classificação da pesquisa quanto à procedimentos

Os procedimentos utilizados para o cumprimento deste trabalho foram a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

O presente trabalho fez uso de livros e artigos científicos realizados sobre o tema, bem como utilizou acervos virtuais que contivessem informações pertinentes às questões abordadas pela autora. No que diz respeito à execução dos

[1] Organization for Economic Cooperation and Development (OECD).

objetivos específicos de analisar historicamente as conferencias ambientais, bem como buscar descrever as ações do Estado brasileiro dentro da temática energética desde 1992 até 2012, as fontes utilizadas serão aquelas disponíveis pelos órgãos oficiais que fazem o gerenciamento de tais informações, como os relatórios concebidos pela Divisão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e o Itamaraty. Há ainda a revisão de análises promovidas por estudiosos sobre o tema, incluso dados gerados por meio de um curso online sobre sustentabilidade ministrado pelo renomado estudioso desta temática Jeffrey Sachs. Os resultados obtidos desses estudos serão organizados em forma de texto monográfico.

Vale citar o uso de livros e artigos científicos na área de sustentabilidade e Relações Internacionais, quando estes continham dados relevantes ao conteúdo do objeto de estudo.“A pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno” (OLIVEIRA, 1999, p.119).

Já a pesquisa documental, como supracitado, foi intensamente utilizada para o cumprimento dos objetivos específicos, especialmente os relacionados à análise de relatórios oficiais disponibilizados na internet. A pesquisa documental é que utiliza de fontes de informação que ainda não receberam organização, tratamento analítico e publicação (SANTOS, 2001).

A facilidade que obteve a autora quanto ao acesso aos relatórios oficiais e documentos se deu pela vasta disponibilidade dos mesmos em plataformas on line, estabelecidas pelos próprios autores.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho apresenta a estrutura de 5 capítulos que contém seções que serão delineadas posteriormente.

O primeiro capítulo traz a introdução, o tema do trabalho, sua delimitação e problemática. Ainda, no primeiro capítulo serão abordados o objetivo geral e os específicos, bem como a justificativa e os procedimentos metodológicos utilizados no processo de concepção do trabalho.

No segundo capítulo, fundamenta-se o tema Sustentabilidade na busca da conceptualização do Desenvolvimento Sustentável e a sua conexão com as Relações Internacionais e a Globalização. A construção da fundamentação teórica,

na qual o trabalho será sustentado, busca no aporte bibliográfico, bem como em materiais disponíveis *online,* fornecer as informações adequadas para a composição do presente estudo de forma clara e à atingir os objetivos propostos pela autora.

No terceiro Capítulo é possível verificar o aporte histórico de onde convergiu a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20 expressas no seu documento final cujo título é “O futuro que Queremos”;

O capítulo quarto, apresenta uma breve trajetória do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Compreende-se através do quinto capítulo, a questão energética, de forma a explicar o que se entende sobre energia renovável e eficiência energética.

Será abordado, conseguintemente, as linhas gerais de política ambiental do governo brasileiro, com foco em sua política energética relacionadas com as conclusões do documento final produzido após a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável-RIO+20, entitulado "O Futuro que Queremos".

As considerações finais apresentam-se no último capítulo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta sessão é apresentado o desenvolvimento da fundamentação teórica, no qual abordará aspectos relevantes para esta pesquisa seja realizada, baseando-se em conceitos chaves relativos ao tema, como: as Relações Internacionais e o Desenvolvimento Sustentável, a Organização das Nações Unidas e seus principais programas ambientais, e as problemáticas da Globalização em congruência com a Sustentabilidade.

2.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Quando elabora-se o estudo das Relações Internacionais em conformidade com determinados preceitos, é possível afirmar que este move-se em torno do eixo das unidades - Estado e Não Estado - interagindo um com o outro em um processo dinâmico, criando, mantendo e rompendo diferentes relacionamentos.

Esse convívio é extremamente complexo e gerou uma enorme rede de atores, com seus atributos sociais, econômicos e políticos, interatuando na órbita do sistema internacional de acordo com seus interesses. Pode-se, desta forma, identificar a estrutura básica do mundo em termos do número de grandes potências existentes, e da distribuição de poder entre esses Estados. Permite-se, assim, uma grande variedade de proposições para o estudo das RI : a guerra e a paz, as complexidades do comportamento dos Estados, as relações entre as grandes potências, entre as grandes potências e poderes menores, e entre as potências menores entre si, ampliando as diversas teorias que surgem ao longo da história da política internacional e da anarquia como característica imutável do sistema internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.46).

No contexto histórico, na primeira metade do século XX, nasce na Escócia o primeiro departamento de estudos de Relações Internacionais em 1917, envolvendo primordialmente as problemáticas de estudo das guerras e suas causas principais, bem como as da insegurança endêmica que assolava o mundo neste mesmo período. (HALLIDAY, 1999). O sistema internacional e seu caráter

anárquico, com a ausência de uma autoridade central, evoluíram os estudos da disciplina. Brailard (2002), considera as Relações Internacionais tradicionalmente como um conjunto de ligações, de relações e de contatos que se estabelecem entre os Estados soberanos, muito particularmente no âmbito de sua política externa. O autor ainda propõe que o estudo das Relações Internacionais evoluiu dentro da filosofia política, da diplomacia e do direito internacional. Suas abordagens de estudo também obtiveram influência de outras disciplinas como a sociologia, a antropologia e a psicologia conforme o contexto histórico. O que levou ambos, à descentralização, e, ao enriquecimento das áreas de interesse das Relações Internacionais, bem como à utilização de novos métodos e técnicas de análise, e ao desenvolvimento de diversos modelos explicativos e teóricos das RI (BRAILLARD, 2002, p.10).

Percebe-se, conseguintemente, com o advento da modernidade - em uma época onde numerosos processos econômicos e culturais tornaram-se globais - ampliar o conjunto de fenômenos internacionais dentro do campo de investigação das Relações Internacionais. Nos anos 1970 e 1980, várias novas questões foram incorporadas ao âmbito analítico da disciplina [...] como: o uso do mar e a política dos oceanos, as mulheres e a arena internacional, as Relações Internacionais no terceiro mundo e as questões ecológicas (HALLEY, 1999, p. 22).

A disciplina transformou-se também sob a influência combinada da penetração das ciências sociais e das profundas mudanças na vida internacional (como a multilateralização da diplomacia, os processos de descolonização, o modelo universal de Estado-Nação , o desenvolvimento de novos sistemas de armamento , a globalização, os mercados estratégicos e econômico-financeiros, o desenvolvimento da comunicação, a mundialização dos problemas ambientais e o aumento do fluxo imigracional). As Relações Internacionais, em sua contemporaneidade, compreendem novas dimensões dos fenômenos globais, dos processos regionais de integração e dos problemas de desenvolvimento socioeconômico. (BRAILLARD; 2002. p.11)

A conexão entre os assuntos ambientais e as preocupações permanentes das RI podem ser encontradas mais explicitamente nos atuais debates sobre cooperação internacional, por intermédio de novas bases políticas e institucionais estabelecidas pelos Estados dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. O

nexo entre ambas as áreas apresenta, também, uma interessante perspectiva relativa à necessidade de gestão coletiva da crise ambiental, uma vez que os problemas que constituem esta crise perpassam as tradicionais fronteiras territoriais dos Estados nacionais e demandam uma ação conjunta de todos os atores envolvidos (SCHLEICHER et al, 2004, p.102).

A abordagem das questões ambientais dentro das RI, surgiram principalmente com os efeitos da poluição, resultantes do processo de industrialização e do crescimento populacional, que na metade do século XX passaram a chamar a atenção da sociedade civil. Fatos que recordam os postulados de Thomas Malthus ao afirmar que " o poder de população é indefinidamente maior que o poder da terra para produzir subsistência para o homem" (MALTHUS, 1798, p.12, tradução nossa)[2].

Até meados de 1970 a cooperação internacional ainda priorizava seu foco na prevenção de guerras (como exemplo dos tratados banindo os testes nucleares nos anos 1960) e no crescimento econômico (a exemplo da criação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE). Neste último quarto de século é notável o aumento exponencial da preocupação da comunidade internacional sobre as questões relativas ao meio ambiente, especialmente se considerarmos o número de acordos traçados, de Organizações Internacionais criadas, o aumento dos regimes ambientais e as conferências ambientais convocadas. Porém, sabe-se que os Estados já possuem acordos sobre seus recursos naturais e interesses ambientais por mais de um século (CARROLL, 1988. p.17-18).

Esta sequência extraordinária de negociações ambientais globais raramente pode ser vista como um único e coerente desenvolvimento. Elas representam de fato, um esforço de 20 anos na construção de regimes que respondam à necessidade premente de uma gestão ambiental internacional. A política ambiental, em seu âmago, envolve muitas outras políticas que abordam questões tão diversas, mas que coêxistem no mesmo sistema. À exemplo da poluição atmosférica e aquífera, do controle de substâncias tóxicas, da biodiversidade, das mudanças climáticas, da gestão de resíduos, e do uso da terra - e cada uma destas áreas

[2] Assuming then my postulata as granted, I say, that the power of population is indefinitely greater than the power in the earth to produce subsistence for man.

políticas desenvolveu uma dimensão internacional essencial, bem como às relacionadas ao problemas sociais, como o crescimento populacional, a pobreza e os Direitos Humanos. Por enquanto, o resultado é um número bastante confuso de novos regimes internacionais, que no seu conjunto, constituem o núcleo essencial da atual gestão ambiental internacional (MOLTHE, 1996, p.4).

Enquanto a esfera de atividade das Organizações Internacionais por exemplo, não se restringe apenas à problemáticas da área particular das RI, os Regimes internacionais possuem um caráter mais especifico, e por definição

> São princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisão em torno dos quais os autores convergem suas expectativas para uma determinada área dos Regimes Internacionais. Princípios são crenças de fato, o nexo de causalidade e retidão. Normas são comportamentos definidos em termos de direito e obrigações. As regras são de prescrição específica ou de prescrição para ações. Os processos de tomada de decisão são práticas dominantes para a elaboração e aplicação da escolha coletiva. (KRASNER, 2012, p.94).

Claramente a gestão ambiental internacional representa algo mais do que os vários acordos ambientais multilaterais. Ela figura um extraordinário esforço de formação de regimes, abrangendo centenas de acordos multilaterais, milhares de acordos bilaterais entre os governos nacionais, e ainda mais acordos entre as autoridades regionais e locais, que acontecem de compartilhar um limite, bem como as incontáveis formas privadas internacionais de cooperação (MOLTHE, 1996).

Os regimes ambientais se sobrepõe cada vez mais frequentemente à outros regimes internacionais, como por exemplo, àqueles em matéria de políticas econômicas, direitos humanos e assuntos de segurança, demonstrando abordagens inovadoras para a construção e o funcionamento dos regimes internacionais, evidenciando, também, a natureza dinâmica das RI.

A cooperação internacional, por conseguinte, está ligada à questão do desenvolvimento, tema recorrente das Relações Internacionais desde a década de 1950 como aponta Oliveira, (2012, p. 57):

> Fruto da independência das colônias asiáticas e africanas e da renovação do pensamento econômico Latino Americano ocorrido no fim da Segunda Guerra mundial, o desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico, que se refletia em acúmulo de riqueza, não importando seu efeito distributivo. Com o advento da conferência de Bandung[3], o Terceiro Mundo se impôs como ator internacional coletivo, instaurando o eixo

[3] Para saber mais sobre a conferência de Bandung ler SILVA, Guilherme A. e GONÇALVES, Williams. 2010. "Dicionário de Relações Internacionais "Editora Manole. p.27-29

> Norte/Sul[4] de negociações na arena internacional - em contraposição o eixo Leste/Oeste imposto pela Guerra Fria, cujo objetivo principal era a luta pelo desenvolvimento dessas nações.

Destarte, as relações entre o Norte e o Sul foram lançadas neste molde: "desenvolvimento", sendo o quadro de referência fundamental para aquela mistura de generosidade, suborno, e opressão que caracterizaram as políticas em direção ao Sul.

O pensamento sobre desenvolvimento costumava ser concentrado na transição das Nações/Estado de sociedades agrárias para sociedades industriais. O Estado era convencionalmente considerado ser o ator principal desse contexto , e a sociedade nacional o alvo principal dos planejamentos de desenvolvimento. Por essa mesma razão, esse pensamento desenvolvimentista aos poucos perdeu seu caminho, esmorecendo sob a influência da transnacionalização. Essa ideia demonstra, que, por outro lado, a era da globalização trouxe o desenvolvimento econômico à fruição. As divisões da Guerra Fria desapareceram, as corporações se realocaram livremente através das fronteiras e os políticos, bem como a sociedade civil em muitos países fixaram as suas esperanças sob o modelo de uma economia de consumo de estilo ocidental (SACHS,*1992)*.

Em um rápido avanço, uma série de países recém-industrializados jogam suas cartas como fornecedores de energia (Emirados Árabes Unidos, Venezuela, Rússia), como plataformas de exportação (Coréia do Sul, Tailândia, China) ou como mercados em considerável expansão (Brasil, China, Índia). De qualquer forma, poucos países do Sul puderam separar-se do grupo de economias "pobres" e transformados em uma nova geração de países industriais, diminuindo a distância que os separam das economias ricas.

Furtado (2010), propõe como ideia de desenvolvimento a noção de que somente quando existe um projeto social subjacente, é que o crescimento econômico torna-se desenvolvimento. A ideia básica estaria na compreensão do desenvolvimento como um processo de ampliação das oportunidades, das

[4] Outra forma de classificar os países através da questão econômica, ou da desigualdade social existente. Considerando os aspectos socioeconômicos , divide-se o mundo em países desenvolvidos, ou Norte, e subdesenvolvidos, ou Sul. Essa não é uma divisão geográfica, mas podemos dizer que na América a linha divisória é a fronteira dos Estados Unidos - México; A Europa é separada pelo Mediterrâneo; na Ásia , o Japão é o mais desenvolvido, tendo como os Tigres Asiáticos economias emergentes; Oceania e Austrália e a Nova Zelândia se enquadram no clube dos ricos. Fonte: http://www.juliobattisti.com.br/tutoriais/arlindojunior/geografia007.asp

capacidades humanas, de possibilidades de escolha, e portanto, em um sentido mais geral, como uma ampliação e expansão das liberdades.

Essa afirmativa evoca mais substancialmente a ideia de desenvolvimento debatido no presente trabalho, um conceito que viria a surgir somente anos mais tarde com a exposição do "Relatório de *Brundtland*[5]*", em 1987.* A clássica definição de desenvolvimento sustentável se traduziu na seguinte preposição: "O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades"(NAÇÕES UNIDAS, 1987). O que estava em pauta era a inexistência de uma abordagem que pudesse conciliar tanto a garantia de bem estar aos indivíduos, quanto a conservação e a utilização racional dos recursos naturais.

O desenvolvimento sustentável interatua relações tanto nacionais como globais, ultrapassando os limites fronteiriços dos países, dentro dessa perspectiva não é factível o estudo isolado desse conceito. É um tema que aborda dois conceitos-chaves que afetam as relações entre Estados: a necessidade de desenvolvimento de muitas nações que ainda não atingiram o patamar de riqueza dos países desenvolvidos, e, o imperativo da sustentabilidade, que restringe, em tese, a possibilidade do desenvolvimento econômico ao interferir no processo produtivo das nações (SACHS, 2014).

Nota-se que desenvolvimento sustentável é um conceito sujeito à múltiplas definições, mas todas parecem convergir na prerrogativa de promover o bem-estar econômico equitativo ao mesmo tempo que protege o meio ambiente.

Destarte, percebemos ser justificável discutir o tema sustentabilidade quando este diretamente está ligado às Relações Internacionais, especialmente quando firmados acordos políticos entre Estados dentro da área ambiental por meio de iniciativas admitidas no ambiente internacional, afim de construir os pilares da sustentabilidade, bem como na utilização dos índices de desenvolvimento sustentável como ferramenta indicativa de progresso dos países.

O debate sobre a problemática ambiental tem como imprescindibilidade o estabelecimento de acordos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento,

[5]Relatório *Brundtland,* também chamado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future)* é o documento final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, nos anos 80 e chefiada pela então primeira ministra da Noruega, Gro Harlen Brundtland. Disponível em: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/node/91> Acesso11/10/2014

caracterizando um novo cenário de mudanças na geopolítica internacional, uma vez que as questões ambientais demandam soluções globais, extrapolando a fronteira dos Estados (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2013).

Esse enunciado propõe outra característica importante que conecta as premissas do Desenvolvimento Sustentável às Relações Internacionais: A Interdependência.

"Na política mundial, a interdependência refere-se à situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países" (NOGUEIRA; MESSARI, 1998, p.104).

A maioria das preocupações ambientais e de conservação, no passado, constituíam uma natureza local. Uma fábrica com a probabilidade de poluir um rio ou um lago, ou uma cidade em particular que potencialmente teria problemas com a qualidade do ar por conta de específicas combinações locais de indústrias, atividades e fatores climáticos.

Apenas neste século a grande maioria dos mais significativos problemas ambientais tem sido continentais ou globais.

As várias formas de poluição não possuem consideração alguma para com as fronteiras políticas internacionais. Outros problemas se encontram tão generalizados e avançados que implicam riscos a todo o planeta, é o caso do aquecimento global ou da depleção do ozônio na camada atmosférica.

A interdependência é portanto uma via de duas mãos: "todos os autores envolvidos são atingidos, em maior ou menor medida, por efeitos de acontecimentos ocorridos fora de suas fronteiras e decididos por outros governos ou pessoas" (NOGUEIRA; MESSARI, 1998, p.83.).

A interdependência ambiental atualmente está mais difundida, frequente e complexa. Alguns exemplos como as regiões do Ártico servindo de depósito de poluentes emitidos primariamente por regiões industrializadas de inúmeros países; as emissões tóxicas de radiação provenientes do desastre de Chernobyl; a caça ilegal de espécies de animais raras e ameaçadas na África, no Canadá e outras localidades sustentada pela venda de partes de animais na Ásia. O clima global e a biodiversidade, por exemplo, são ambos afetados por atividades humanas dentro de cada nação do planeta. O ar, a água e a comida que todos os seres humanos

consomem são cada vez mais afetados por outras pessoas em uma distância muito maior dos consumidores em questão (RAMONET; SCHMIDT, 2008).

Duarte (2004), corrobora com a ideia que a forte tendência dos acordos envolvendo a sustentabilidade na agenda internacional são provenientes do crescente interesse dos Estados para com as questões ambientais justamente por conta dos recursos globais comuns como os oceanos e a atmosfera, e dos problemas socioeconômicos que atingem primordialmente os países que ainda não atingiram um grau de desenvolvimento adequado.

Há uma disparidade existente entre as perspectivas de analistas das Relações Internacionais relacionadas ao meio ambiente e o sistema internacional. De um lado defende-se a função das fronteiras territoriais e dos Estados/Nação como forças beligerantes aceitáveis em um sistema internacional, neste caso, desprovido de uma autoridade central. O outro ponto analítico distinto, questiona a respeito do motivo da necessidade de uma autoridade central para manutenção da ordem, uma vez que desde este ponto de vista esse sistema é formado por diversas normas e regras tácitas ou informais que influenciam as ações do Estado (VARELLA; SCHLEICHER, 2004).

Contudo, o tema da discussão das responsabilidades ambientais deveria ser independente das disputas entre Estados , a crise ambiental supera as discussões teóricas em torno das Relações Internacionais, de forma que esta pertence ao mundo físico, é latente e ultrapassa as fronteiras e demais conceitos que possam ser admitidos, postulando uma ampla revisão de prioridades e um novo olhar sob a realidade que nos cerca.

2.2 AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Dentro do conceito de pesquisa histórica é possível afirmar que foi o plexo das relações entre Estados, seja pelo pujante intercâmbio comercial ou motivos outros de natureza diplomática, que tornou-se possível a criação das Organizações Internacionais. "Estas organizações são hoje atores permanentes, dinâmicos, imprescindíveis e portanto incontornáveis na sociedade internacional contemporânea (CAMPOS,1999, p.25.)

Há notoriamente um motivo, um propósito para a criação destes organismos internacionais e bem podemos ressaltar como o mais relevante a necessidade da manutenção da Paz na comunidade internacional, preservando os Estados de possíveis litígios e controvérsias entre eles que gerassem conflitos beligerantes.

> Pelo desenvolvimento de competências específicas, as Organizações Internacionais podem potencialmente transformar agendas e objetivos. Mais ainda, essas entidades podem funcionar como criadoras de significado e identidade. Para alguns, a resposta normativa adequada parecia ser fortalecer as OIs para lidar com o aumento dos problemas gerados pela interdependência (MARTIN; SIMONS p.194).

Claude (1962, p.21), salienta quatro pré-requisitos necessários para o desenvolvimento das Organizações Internacionais: a existência de Estados soberanos; um fluxo de contatos significativos entre eles; o reconhecimento pelos Estados dos problemas decorrentes à partir de sua coexistência e da necessidade da criação de Instituições e métodos sistemáticos para regular suas relações

As Instituições Internacionais tem se tornado um fenômeno recorrente, a proliferação de Organizações Internacionais, o aumento dos tratados e arranjos entre Estados e o aprofundamento dos esforços de integração regional na Europa, todos representam expressões formais da medida em que a política internacional tornou-se mais institucionalizada.

O termo instituição internacional tem sido utilizado para se referir a uma ampla gama de fenômenos. Nos Primeiros anos do pós guerra, estas palavras quase sempre se referiam às Organizações Internacionais formais, geralmente órgãos ou agências do Sistema das Nações Unidas. Essas Organizações seriam a manifestação do que era mais contemporâneo sobre as Relações Internacionais no pós-guerra. (MATIN;SIMONS, 1998. p.193).

Tendo em vista o momento em que a humanidade – face às ideologias político filosóficas – se bipolarizava, as formas mais pacíficas de resolução de conflitos no ambiente internacional parecem adquirir raízes no final do século passado. As OIs viriam a ter um papel mais central no desenvolvimento de atividades como a mediação, conciliação, arbitragem e os bons ofícios. As grandes guerras, o desenvolvimento econômico, as inovações tecnológicas, e o próprio crescimento no número de Estados no sistema internacional, à partir da desagregação dos impérios, favoreceram o crescimento do número de

Organizações Internacionais e Organizações não Governamentais na segunda metade do século XX (HERZ; HOFFMANN, 2004).

A criação da Liga das Nações , ao final da Primeira Guerra foi um evento de fundamental importância [...] tratava-se da primeira Organização Internacional Universal voltada para a ordenação das Relações Internacionais à partir de um conjunto de princípios, procedimentos e regras claramente definidos. As nações haviam se reunido várias vezes para responder às crises, mas o conceito de uma organização global em curso ainda era considerado experimental. As Nações Unidas, como uma organização intergovernamental, possui como base a unidade do Estado, conceito que não havia evoluído o bastante até o século 17, historicamente registrado por um acordo traçado entre os várias Nações europeias: o tratado de Vestefália[6] que pôs fim à guerra dos trinta anos (HERZ; HOFFMANN, 2004).

Sucessora legal e lógica da Liga das Nações, a Organização das Nações Unidas (ONU) representa o ápice do processo de institucionalização dos mecanismos de estabilização do sistema internacional iniciado no século XIX. (HERZ; HOFFMANN, 2004, p.37.)

A ONU é uma organização única de países independentes que se uniram para trabalhar pela paz mundial e pelo progresso social. A Organização veio à existência formalmente em 24 de outubro de 1945, com 51 países sendo considerados membros fundadores. Ao final de 2008, a comunidade das Nações Unidas havia expandido para 192 países (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012).

Esses Estados nacionais como fórum se reúnem para definir a respeito dos princípios e regras que precisam para gerir suas relações e pautar suas ações. É nessa extensão que estão inseridos os tratados, convenções e acordos multilaterais como a convenção do clima e o protocolo de Quioto na área ambiental (MUDANÇAS CLIMÁTICAS 2013).

---

[6] Tipo de organização internacional que define o atual sistema internacional composto por Estados. Em 1648, a paz de Vestefália pôs fim à guerra dos trinta anos, a última grande guerra religiosa e a primeira guerra dos Estados modernos. Numa análise retrospectiva, podemos dizer que o Tratado (na ver-
dade, foram assinados dois Tratados em separado,nomeadamente um pelos líderes protestantes em Osnabrück e outro pelos católicos, em Munique) deu origem à cristalização da instituição dominante na
organização internacional, ou seja, o Estado territorial soberano.

Muitos outros núcleos e outras partes do sistema das Nações Unidas estão, na atualidade, abordando os temas das alterações climáticas e a sustentabilidade à nível nacional, ou procuram fazê-lo. Serão expostos abaixo os núcleos da ONU contundentes à temática da presente pesquisa.

2.2.1 O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

No caso da agenda climática, uma série de ações estão se fortalecendo em diferentes países. A necessidade de proteção do ambiente como tema global, deu origem, por exemplo, à programas como o PNUMA e ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Programas, estes, incentivadas pelos fundos da ONU. À exemplo da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD).

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente possui atua por mais de 20 na área de mudanças climáticas, ampliando as colaborações afim de estabelecer o Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas (PIMC) em parceria com a Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Nos anos de 1980 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente realizou inúmeras avaliações de entendimento científico das alterações climáticas em preparação para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992. O programa também apoiou o método de trabalho das negociações das Nações Unidas na Convenção sobre Mudanças Climáticas que entrou em vigor em 1994 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA, 2011).

Além do seu apoio à ciência e mecanismos legais, o trabalho do PNUMA tem se concentrado nos esforços para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, principalmente pela promoção de energias renováveis e melhor eficiência energética, bem como em estimular o desenvolvimento de um mercado de carbono. O Programa também tem sido ativo nos esforços para reduzir os riscos e melhorar a resiliência da sociedade para as mudanças climáticas, notavelmente pelo seu apoio ao desenvolvimento de programas nacionais de adaptação e ação[i].

As atividades do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente publica, desde 2010, um programa de estratégias de médio prazo que contém seis prioridades temáticas: a mudança climática; desastres e conflitos; gestão de

ecossistemas; governança ambiental; substâncias nocivas e resíduos perigosos; eficiência dos recursos; e consumo e produção sustentáveis. Por meio dessas estratégias a Organização mantém seu foco de atividades, via elaboração de medidas para deter e inverter os efeitos da degradação do meio ambiente, especialmente no contexto da intensificação de esforços nacionais e internacionais na promoção do desenvolvimento sustentável (UNEP, 2010).

2.2.2 Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)

O IPCC é o principal organismo internacional para a avaliação das alterações climáticas. Foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), em 1988, para fornecer o mundo com uma visão científica clara sobre o estado atual do conhecimento da mudança do clima e seus potenciais impactos ambientais e socioeconômicos. No mesmo ano, a Assembleia Geral da ONU aprovou a ação pela OMM e do PNUMA em estabelecer conjuntamente o IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÇATICAS, 2014).

O IPCC é um organismo científico sob os auspícios da Organização das Nações Unidas. Ele analisa e avalia a informação científica, técnica e socioeconômica mais recentes, de produção mundial, e relevantes para a compreensão das mudanças climáticas. Não realizando qualquer pesquisa nem monitoramento de dados ou parâmetros relacionados com o clima.

Milhares de cientistas de todo o mundo contribuem para o trabalho do Painel numa base voluntária. A revisão é uma parte essencial do processo IPCC, para garantir uma avaliação objetiva e completa de informações atuais. O programa tem como objetivo refletir uma gama de pontos de vista e conhecimentos. O IPCC é um organismo intergovernamental. É aberto a todos os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e da OMM. Atualmente 195 países são membros do IPCC. Devido à sua natureza científica e intergovernamental, o painel incorpora uma oportunidade única para fornecer informação de rigorosa cientificidade e equilíbrio, fornecendo aos tomadores de decisão uma noção mais clara das problemáticas envolvendo a mudança do clima global (IPCC, 2014).

2.2.3 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Foi o PNUD que introduziu em todo o mundo, segundo informações do site Nações Unidas (2013), o conceito de desenvolvimento humano sustentável, que promove a adoção de políticas públicas cujo foco está voltado às pessoas – e não a acumulação de riquezas – como propósito do desenvolvimento. Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, possui atribuições relacionadas à busca de políticas que proporcionem aos países capacidades institucionais de parceria, com o foco concentrado na elaboraração de soluções partilhadas em quatro áreas principais: desenvolvimento sustentável; governação democrática; construção da paz; e resiliência ao clima. O PNUD trabalha em mais de 170 países e territórios, ajudando a alcançar a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades e da exclusão social.

É o PNUD que apoia também:

> [...] ações de cooperação horizontal (Sul-Sul) do Governo brasileiro, com foco na construção de um marco programático e operacional para ampliação e fortalecimento das ações da Agência Brasileira de Cooperação (ABC); dá-se atenção especial ao desenvolvimento e necessidades dos países parceiros. Nesse contexto, as principais ações são: o apoio à rede de cooperação; o desenvolvimento e aplicação para fortalecimento programático; o desenvolvimento de um Banco de Produtos para cooperação horizontal; o fortalecimento da rede de atores; e estratégias de comunicação para disseminar e fortalecer a troca de experiências no âmbito da Cooperação Sul-Sul. São mais de 50 países parceiros na África, Ásia, Europa e América Latina e Caribe. (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2013).

2015 assinala 25 anos desde o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano gerado pelo PNUD. Esses estudos promovem o progresso humano através da pesquisa inovadora e de novas perspectivas na análise de dados. Tais estudos contribuiram na promoção uma nova abordagem para o avanço do bem-estar humano, desenvolvimento humano - ou a abordagem de desenvolvimento humano - tratando da expansão da riqueza da vida humana, e não simplesmente da riqueza econômica (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2015).

Em conformidade com o panorama apresentado, se faz incontestável e perceptível a importância das Organizações Internacionais dentro do contexto da promoção do desenvolvimento sustentável, enquanto os governos são os principais responsáveis pela tomada de medidas legais que abordam a proteção ao meio ambiente, nenhuma nação por si só é capaz de trabalhar ativamente nesta área, é imperativo para o alcance de mudanças positivas e permanentes a colaboração entre os Estados afim de abordar a questão em um contexto global.

O papel das Organizações Internacionais estaria portanto, em facilitar o diálogo e a colaboração intergovernamental, promovendo a criação de regulamentos e práticas comuns, contextualizando os problemas ambientais de forma mais homogênea e clara perante os Estados e a população civil interessada.

2.3 OS OBJETIVOS DO MILÊNIO: *THE MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS*

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são a maior promessa mundial para reduzir a pobreza e as privações humanas a taxas historicamente sem precedentes por meio da ação colaborativa: “elas diferem de todas as outras promessas globais para redução da pobreza pela sua natureza compreensiva e por seus esforços sistemáticos, por meio da composição de uma vasta gama de quadros analíticos, elaborando projeções sobre seus resultados potenciais e consequências” (HOLME*, 2009, p.4.)*.

O Projeto do Milênio foi fundado em 1996, depois de um estudo de viabilidade de três anos de duração, integrando a Universidade das Nações Unidas (UNU), *o Future Group International,* e o conselho americano para a UNU. Atualmente possui projetos de pesquisa global e independente sem fins lucrativos. Em seus núcleos de pesquisa encontram-se acadêmicos, planejadores de negócios, e políticos que trabalham para Organizações Internacionais, Instituições Governamentais, empresas, Universidades, e Organizações Não Governamentais (MILLENIUM PROJECT, 2014).

Os antecedentes do *Millenium Project* e da criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, podem ser encontrados na Declaração das Nações Unidas pelos Direitos Humanos de 1948 e na sua condição de que “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a saúde e o bem-estar de si mesmo

e de sua família, inclusive alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos. (HOLME, *2009, p.4)*.

Em setembro do ano 2000, líderes de 189 países reuniram-se na sede das Nações Unidas em Nova Iorque e aprovaram a Declaração do Milênio (*Millenium Declaration),* e com ela o compromisso de trabalhar em conjunto para construir um mundo mais seguro, prospero e mais justo. Essa Declaração foi traduzida em um roteiro, definindo 8 metas temporais e mensuráveis a serem alcançadas até o ano 2015, essas metas são globalmente reconhecidas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deveriam ser atingidos até o ano 2015. (Nações Unidas, Os Objetivos do Milênio, 2008, tradução nossa).

Dentre os ODM estão listados: Erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Os Objetivos do Milênio emergiram em um momento em que o modelo dominante para o desenvolvimento mundial, o capitalismo neoliberal, foi novamente alvo de fortes questionamentos, mas não havia uma alternativa claramente articulada e líderes mundiais e instituições multilaterais estavam sob pressão para gerar uma visão de como o mundo poderia tornar-se diferente e melhor no novo milênio.

Hulme (2009, p.2), justifica esse pensamento ao descrever que “os Objetivos do Milênio foram o resultado de uma conversa fragmentada entre os críticos do neoliberalismo, frouxamente agrupados em torno da ideia de “desenvolvimento humano”, e neoliberais não-fundamentalistas movidos em direção ao pós consenso de Washington[7]”.

---

[7] Conjunto de recomendações elaboradas por funcionários do governo dos Estados Unidos, integrantes de organismos financeiros internacionais - FMI, BID e Banco Mundial - e economistas da América Latina para melhorar o desempenho das economias latino-americanas. Essas recomendações foram o principal resultado do seminário intitulado *“Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”*, organizado pelo *Institute for International Economics*, em novembro de 1989 , na capital norte-americana. Embora as recomendações não tivessem nenhum caráter oficial e já fossem bastante conhecidas, elas exerceram enorme influência entre as elites intelectuais, econômicas e políticas de toda a América Latina ao longo da década de 1990. Esse conjunto de medidas, então recomendado para ser adotado pelas autoridades econômicas latino-americanas, constituía parte importante do ideário ncoliberal que começara a se esboçar no fim dos anos 1970 e

Assim a evolução dos Objetivos do Milênio pode ser analisada em termos de ideias geradas pelo embate entre o neoliberalismo e estratégias alternativas para o desenvolvimento, tais como o desenvolvimento humano, indo muito além do crescimento econômico.

A conceptualização dos ODM pode ser feita de forma mais profunda por meio de uma analogia com o modelo de estrutura histórica, proposto por Cox (*1981, p. 97-101)*sendo a criação dessas metas o resultado de uma complexa configuração de forças, em detrimento ao entendimento de que os ODM surgiram apenas como uma decisão afirmada durante a reunião do "*Millenium Summit"* em 2000 . De acordo com o autor existem 3 categorias de forças interagindo nessa estrutura histórica:

a) Recursos materiais: capacidades tecnológicas e organizacionais com potenciais produtivos e destrutivos
b) Ideias: incluindo significados intersubjetivos, em torno do qual existe um consenso generalizado em toda a sociedade, e "imagens coletivas" de organização social, que muitas vezes são diversas e opostas.
c) Instituições: Amálgamas de ideias e poder material que são um meio de estabilizar e perpetuar uma ordem social particular. Eles refletem as relações de poder prevalecente no seu ponto de origem e muitas vezes são formalizados como Organizações.

Para a concepção dos Objetivos do Milênio, dentro desta estrutura proposta, os recursos materiais podem ser encontrados no contraste entre a riqueza material, tecnológica e organizacional dos G7 e das nações que fazem parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE). Já no campo de ideias, como citado anteriormente, houve o embate entre o neoliberalismo e a necessidade de criar-se novas estratégias desenvolvimentistas. Quanto às Instituições, uma vasta gama delas estiveram envolvidas da criação dos ODM: a Assembleia Geral das Nações

---

início dos anos 1980, a partir da chegada de Margaret Thatcher e Ronald Reagan ao poder da Inglaterra e dos Estados Unidos, respectivamente. (SILVA; WILLIAMS, Dicionário de Relações Internacionais, 2010, p.29.)

Unidas, o comitê da OCDE, governos nacionais, movimentos sociais e Organizações Não Governamentais .

Outra ideia evocada sobre as verdadeiras raízes da criação dos Objetivos do Milênio está na criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nesse sentido Hulme (2009, p.4), argumenta:

> Com a criação do IDH, foram lançadas medidas para economistas e econometristas – os sacerdotes do trabalho cientifico sobre o desenvolvimento – que ajudou a orientá-los a seguir um caminho alternativo ao desenvolvimento que não necessariamente o crescimento econômico. Essas ações elevaram grandemente o nível de interesse acadêmico e prático na ideia, encorajando maior elaboração conceitual e influenciando os nascentes debates das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Eventualmente, uma vez que os ODM foram acordados, essas mesmas ideais impactaram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabelecendo o "*Millenium Project Office"* basicamente para fazer um plano global para o desenvolvimento humano e a "*Millenium Campaign"* (campanha do milênio) para sensibilizar o público mundial sobre a necessidade de priorizar o desenvolvimento humano

Apesar de distintas propostas sobre a emergência e criação dos ODM, é fato que estes despertaram a conscientização social internacional, com foco nos esforços globais sobre as prioridades acordadas, Alleyne (2014, p.208) corrobora com essa máxima explicando que,

> "os Objetivos do Milênio representam o melhor exemplo do comprometimento internacional para um conjunto de princípios normativos sustentado por ideais de equidade, solidariedade e paz, os objetivos alcançaram suporte universal porque eles eram ambiciosos e incluíam indicadores que permitiam a medição e a contabilidade. As metas institucionalizaram a pobreza como multidimensional e moldaram o desenvolvimento para além da economia".

Na última publicação das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram apresentados algumas leituras sobre as atuais condições das metas, como por exemplo a redução da pobreza global pela metade nos últimos 15 anos, foram citados também ganhos na educação, com 90% das crianças das regiões em desenvolvimento desfrutando do ensino primário, e melhorias também em todos os indicadores de saúde no globo. (NAÇÕES UNIDAS, *THE MILLENIUM DEVELOPMENT REPORT, 2014*).

Os Estados membro atualmente estão engajados nas discussões para definir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que servirá de núcleo para a formulação da Agenda pós 2015. Enquanto isso ainda há muito a ser feito para

acelerar o progresso. Precisamos de ações mais focadas onde existem significativas lacunas e disparidades entre as nações, e trabalhos de conscientizaçao individual, porque na vida em sociedade os esforços individuais podem promover as verdadeiras mudanças.

2.4 GLOBALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Embora sejam reconhecidamente amplos e extremamente diversificados os temas que envolvem a globalização, estes fazem expressar um sentimento, predominante no final de século, de que as nossas vidas são cada vez mais influenciadas por forças que transcenderam as fronteiras, e que, precisamente, por causa de seu alcance e poder, estão mudando de forma irreversível, a vida neste planeta. Existem uma variedade de definições e descrições da globalização que, embora coincidam em muitos aspectos, em outros enfatizam diferentes dimensões deste processo.

Robertson (1990, p.17), promove uma visão mais geral: a globalização como conceito refere-se tanto à compressão do novo mundo quanto à consciência de mundo como um todo, bem como a compreensão da interdependência global concreta.

Giddens (1991, p.69), acrescenta uma dimensão importante para o conceito, enfatizando as dimensões dialéticas interativas do processo:

“A globalização pode ser assim definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”.

Importante destacar que para o autor, a globalização está interconectada em quatro dimensões: os estados nação, a ordem militar global, a economia global e a divisão internacional do trabalho.

É perceptível que adentramos em um novo estágio da história da humanidade, somos testemunhas da virtualização, da digitalização e da automação conectados a quase tudo que concerne a vida humana.

De forma a entender esse complexo e único evento que é a globalização, vale expor a ideia que define esse fenômeno em três partes distintas como proposto por Friedman (2007). O autor defende que a primeira “Era da Globalização” teria

seu inicio com a descoberta do novo mundo em 1492 por Colombo, e durou até em torno de 1800. Esse período, ainda segundo Friedman, tornou o mundo menor. O que o faria mais plano seriam as potências imperialistas na sua tentativa de influenciar e conquistar o mundo pelas rédeas de sua égede, essa Era teria sido sustentada então, pelo uso de recursos naturais como o vento e a força dos animais.

O autor ainda explica a segunda fase da globalização no mundo, iniciando uma nova era entre 1800 e 2000, período em que o mundo "diminuiu" suas fronteiras, caracterizado principalmente, pelo nascimento de multinacionais, pelo surgimento de empresas que tornaram-se globais na busca por novos mercados, pela força de trabalho e uso intenso dos recursos naturais. Essa era foi delineada pelo crescimento da infraestrutura mundial, da construção de rodovias, linhas de trem, e finalmente pelo desenvolvimento da telecomunicação e computadores, adventos que interconectariam todo o globo.

A terceira Era da Globalização, conforme elabora Friedman, teve seu início no século XXI, com a formação de uma nova proposta de mundo. Enquanto as duas primeiras ondas do fenômeno em questão foram influenciadas pelos países e pelas companhias multinacionais, a presente onda é caracterizada por indivíduos que "globalizam". Os fatores dominantes são a Internet e os *Softwares*[8]. Essas ferramentas permitem individuais, pessoas comuns, se conectarem diretamente pelo seu uso e dividir informação e conhecimento entre eles.

A nova onda de globalização, ainda segundo o supracitado autor, coincide com a transformação da economia mundial em economia do conhecimento ou economia baseada no conhecimento. Em comparação com a "antiga “economia - com atividades focadas para o processamento de recursos - a economia do conhecimento processa tecnologia e informação (FRIEDMAN, 2007).

Considera-se, portanto, a evolução da informação o terceiro processo de globalização onde o "mundo plano" significaria a conexão dos centros de

[8] Uma definição clássica de software é:
Software é uma sentença escrita em uma linguagem computável, para a qual existe uma máquina (computável) capaz de interpretá-la. A sentença (o software) é composta por uma sequência de instruções (comandos) e declarações de dados, armazenável em meio digital. Ao interpretar o software, a máquina computável é direcionada à realização de tarefas especificamente planejadas, para as quais o software foi projetado. Disponível em < http://www.cic.unb.br/~jhcf/MyBooks/iess/Software/oqueehsoftware.html> Ultimo acesso em: 24/10/2014

conhecimento do planeta em uma grande rede, o que poderia levar a uma incrível era de prosperidade e inovação.

No entanto, é substancialmente em relação aos negócios e a economia que o termo globalização é mais frequentemente evocado. O que é referido aqui é a noção de que os principais veículos que auxiliaram a promover o início deste processo foram o aumento da transnacionalização da produção e o aumento da influência de empresas multinacionais na esfera comercial global, e ainda mais importante, a explosão do volume e do alcance de transações nos mercados financeiros internacionais.

Faz-se, desta forma, válida a ideia de mundo cada vez mais interdependente em muitos aspectos, no econômico, social e ambiental. A integração econômica global, sem uma tentativa acertada em evitar possíveis resultados sociais e ambientais negativos é altamente problemática. A concentração de indústrias devido à vantagem econômica comparativa, gera em muitos casos consequencias negativas para o meio ambiente. Claramente, a sustentabilidade é um problema mais complexo do ponto de vista ecológico do que parece ser para o *mainstream* econômico:

"A economia existe em uma relação quase parasitária com a ecoesfera, ela permanece dependente do material que flui da natureza e para a natureza e sobre a fiabilidade dos inúmeros serviços de suporte de vida, muitos dos quais são invisíveis para a analise monetária" (*BULLETIN OF SCIENCE, TECHNOLOGY AND SOCIETY,* 2002, p.260, tradução nossa).

A distribuição econômica desigual também possui grande potencial de acarretar efeitos negativos sob a sustentabilidade ambiental, bem como os efeitos sociais negativos mais evidentes e imediatos no que diz respeito à sustentabilidade, como os cada vez mais graves problemas de saúde, mortalidade e fome, perceptível nas localidades menos favorecidas no planeta . As melhores perspectivas para maximizar os efeitos positivos e minimizar os negativos se encontram na busca por normas ambientais e sociais mínimas, em escala global, diminuindo assim a concorrência econômica sobre esta base (*CLIMATE CHANGE SYNTHESIS REPORT*, 2014, p.11, tradução nossa).

Esse fenômeno em questão, simultaneamente envolve a expansão do comércio e investimentos, a integração das atividades sociais, culturais e

econômicas, e a aceleração da comunicação internacional, viagens e interações pessoais. Também há um debate considerável sobre os padrões históricos da evolução da integração econômica global. Alguns argumentam que a economia mundial, foi, por algumas medidas, essencialmente globalizada pelo período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial e só recentemente recuperou-se à esse nível seguindo as convulsões da guerra, da grande depressão, da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria (REVISTA ELETRÔNICA DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2007).

É certo que a globalização tem claramente avançado em termos de comércio e investimentos à partir do final dos anos 1940, porém, historicamente percebemos que esses fatores não são suficientes para a formação de outros aspectos que fazem parte desse fenômeno, como dito anteriormente, entre eles incluem a homogeneização cultural e a disseminação da cultura de consumo:

> Por mais de uma década, fala-se sobre uma progressiva globalização dos mercados consumidores de produtos infindáveis e de marcas como Levi's, Nike e Apple. Um fenômeno dado por um processo de exposição global para o mesmo tipo de informação propagada mundialmente: os mesmos ícones culturais e os mesmos anúncios. Hoje, porém, o processo de convergência é mais rápido e mais profundo. Ele vai muito além do gosto pessoal e para dimensões muito mais fundamentais, de visão de mundo, mentalidade e até mesmo o processamento dos pensamentos. Existem agora por exemplo, dezenas de milhões de adolescentes ao redor do mundo que, tendo sido criados em um ambiente rico em multimídia, têm muito mais em comum uns com os outros do que com membros de gerações mais velhas em suas próprias culturas. Para esses consumidores iniciantes a tecnologia orientada à convergência não ocorre à velocidade ditada pelos meios de comunicação de "ontem". É instantânea, uma migração à nano segundos de ideias e inovações. (OHMAE, *1996,* p.217 Tradução nossa.)

As transformações ocorridas no século XIX - impulsionadas pela produção em massa de produtos têxteis, de aço, ferrovias e máquinas - foram mais intensas, ainda assim, a globalização foi capaz de se aprofundar no final do século XX. Isto foi possível graças aos avanços da informatização. A economia global, então, sugere alguma forma de ordem social e política, especialmente devido aos novos níveis de capacidade de produtividade que alcançados e pelos novos padrões de consumo instituídos, questões essas, que vêm afetando o modo de vida de toda a população do globo de formas distintas

Os déficits ecológicos, por sua vez, destacam uma dimensão particularmente inquietante da globalização. Países deficitários neste aspecto, como

os Estados Unidos, nações da Europa Ocidental e o Japão, por exemplo, não poderiam manter, muito menos expandir, seus estilos de vida consumidores, caso fossem limitar sua produção aos recursos naturais disponíveis em seus respectívos territórios nacionais. Esses países precisam de globalização e do comércio em expansão, se quiserem continuar prosperando (REES, 2002, p.264).

De forma geral, percebe-se a formação de uma complexa interação de forças motrizes, que interligadas ao longo do curso da história provocaram o alflorar desse complexo fenômeno denominado globalização e como consequência deste, estão atribuídos fatores causais da degradação ambiental global. Primordialmente a era de modernização pós revolução industrial, os avanços tecnológicos, o crescimento populacional e por fim os mercados econômicos desregulamentados afim de promover o crescimento econômico (ROOME, 1998, p.40).

Para Rees (2010, p.11) a insustentabilidade é uma propriedade emergente da interação sistêmica entre a sociedade tecno-industrial e a ecoesfera, a estrutura e comportamento do sistema humano moderno são fundamentalmente incompatíveis com a estrutura e o comportamento do ecossistema.

A prerrogativa de que sustentabilidade ecológica procura satisfazer as necessidades humanas sem comprometer a capacidade da natureza para continuar a prover seus recursos, significaria também, dentro desse contexto, assegurar a capacidade do metasistema do meio ambiente de manter o seu vigor, sua diversidade de componentes e resiliência[9].

Por conseguinte, quando questionamos como a globalização afeta a sustentabilidade ecológica, ir-se-ia requerer uma análise de abordagem global, de multi-escalas e caráter dinâmico, quando se propõe medir como as perturbações induzidas pelo homem (por meio das vias biológicas, químicas, ou físicas) associadas ao vigor do impacto do fenômeno em questão no ecossistema e em sua resiliência.

Ainda que faltem modelos objetivos de mensuração deste impacto, critérios de valor neutro e indicadores de mudança para realizar essa tarefa, se faz necessário considerar os princípios e indicadores ainda amplos, mas que

[9]Durabilidade ou capacidade do sistema para manter a estrutura e padrões de comportamento em face do estresse ou perturbação.

progressivamente, transmitem uma noção maior das alterações promovidas no meio ambiente graças à intervenção das atividades humanas ao longo das décadas.

As preocupações atuais sobre a relação entre a globalização, a escassez de recursos e as questões ambientais (tais como as alterações climáticas) deram um novo sentido de urgência e relevância para estes debates de longa data. A globalização em curso do comércio de recursos naturais continua a transformar não só a natureza dos mercados de *commodities*, mas também a estrutura de uma economia global. As conexões entre a globalização econômica e a sustentabilidade sócio econômica perpetuam por processos de degradação ambiental [...](ROOME, 1998, p.37)

Em certo momento da história, apenas os recursos mais valiosos eram enviados para mercados distantes. Hoje, grandes quantidades de quase todas as matérias-primas que se possa imaginar são comercializados em todo o planeta alimentando a rápida disseminação da industrialização e desenvolvimento, fatores determinantes da economia moderna. (REES, 2002).

Ao longo dos últimos dois séculos, e, especificamente, nas últimas décadas, houve uma expansão drástica no volume e na variedade de recursos naturais[10] comercializados internacionalmente [...] embora, apesar de sua contribuição para o crescimento de um consumo global, a expansão do comércio desses recursos têm implicações negativas no que tange as consequências ambientais não esperadas e no esgotamento dos mesmos, provocando outra série de consequências adversas associadas ao uso intensivo e desmedido desses recursos, tais como a poluição do ar causada pela queima de combustíveis fósseis ou a redução da biodiversidade provocada pela destruição dos habitats naturais (ROOME, 1998.p.43).

A evolução tecnológica também como uma das bases da globalização pode efetivamente aumentar a oferta de recursos, contribuindo para novas descobertas e permitindo a extração de bens que não poderiam ser alcançados anteriormente: " Temos em nossas mãos, agora, a tecnologia para alimentar, vestir e fornecer energia a uma população cada vez maior" (SIMON, 1995, p.4). Contudo, as mudanças na tecnologia também podem influenciar as taxas de esgotamento dos recursos naturais, causadas pelo acréscimo de sua taxa de utilização, como a da

[10] Estoque de materiais que existem no ambiente natural que são ambos escassos e economicamente úteis na produção ou consumo, quer no seu estado bruto ou após uma quantidade mínima de processamento (*United Nations on Agricultural Organization)*

energia elétrica para uso da eletroeletrônica e computadores (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMERCIO, 2010)[11].

Outro reconhecido fenômeno causal da crescente escassez de recursos naturais é o aumento da população que habita o globo, de acordo com dados fornecidos pelo *World Watch Institute*[12] (2015) será alcançado o marco de 9.6 bilhão de pessoas viventes na terra em 2050, com a maior parte dessa expansão ocorrendo em países de economias ainda emergentes, como a Índia e a China.

Como essa população mundial continua em expansão, existe uma preocupação legítima sobre o esgotamento dos recursos da Terra de forma mais rápida do que eles podem ser repostos. A *Global Footprint Network (*GFN*),* uma importante agência que monitora as "pegadas ecológicas" da humanidade e a capacidade da natureza de repor seus recursos, estima que o mundo está consumindo recursos à taxa de 1.5 planetas por ano (ECOLOGICAL FOOTPRINT ATLAS, 2010).

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), a economia mundial cresceu moderadamente em 2013, a uma taxa de 4,49%, resultando em um total combinado de 87 trilhões de dólares gerados por todos os países do mundo. Mercados em ascensão contaram por uma grande parte desse crescimento, representando 50% do total registrado.

Ainda conforme informações fornecidas pelo PNUD, atualmente, um bilhão, dos 7 bilhões de pessoas, vivem abaixo do nível de pobreza, vivenciando de forma aguda o lado mais escuro do desenvolvimento, tais como a insuficiência de alimentos, a escassez de água, a mudança climática e a destruição da biodiversidade.

O WWI (2013), concluiu que oito nações (quatro industriais e quatro em desenvolvimento) moldam de forma desproporcional as tendências ambientais globais, respondendo por 56% da população mundial, 59% da sua produção econômica, 58% de suas emissões de carbono, e 53% de suas florestas. Os oito

[11]Disponível em < http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/wtr10-2b_e.pdf>. Ultimo acesso:19/11/2014

[12] Fundado em 1974, *The World Watch Institute,* como uma Instituição de pesquisa independente concentra seu foco nas problemáticas ambientais globais, sendo rapidamente reconhecida por líderes e formadores de opinião da área em todo o mundo, graças ao seu poder de previsibilidade e acessibilidade em análises feitas baseadas em fatos numéricos. O WWI desenvolve soluções inovativas para problemas crônicos, enfatizando a integração das lideranças governamentais, empresas do setor privado, e cidadãos ativos, que podem transformar a sustentabilidade em realidade futura.

presentes nesta lista são: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Rússia, China. Índia, Indonésia e Brasil. Os três primeiros tem dominado o processo de integração econômica global no passado, enquanto que os últimos cinco economias emergentes foram recentemente entrando na economia mundial à altas taxas de crescimento econômico.

A essência da globalização é a conectividade, as forças que conectam as pessoas e os lugares em todo o mundo, estreitando as fronteiras psíquicas, mas que de forma negativa afeta profundamente o meio ambiente global. A globalização é, em parte, um fato ecológico. Uma série de desafios ambientais se estendem por vários países e até ao mundo.

Águas poluídas, espécies extintas, espaços invasivos, e a ameaça das mudanças climáticas têm sido provocada, pelo menos em parte, através das forças da globalização. Claramente, a responsabilidade primária para com a proteção ambiental está com os governos nacionais e as comunidades locais. Mas alguns problemas são inescapavelmente de âmbito global e não podem ser resolvidos sem a cooperação internacional.

3 EVOLUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DE ESTOCOLMO AOS DIAS ATUAIS.

Nesse capítulo será feita uma abordagem teórica sobre as principais Conferências Ambientais enquadradas em seu determinado tempo histórico. Com a conformidade cronológica é possível traçar o parâmetro evolutivo dentro da concepção de desenvolvimento sustentável, permitindo o entendimento mais claro sobre o atual contexto internacional e brasileiro acerca dessa temática.

3.1 PANORAMA HISTÓRICO DOS EVENTOS E CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS. UM VISLUMBRE DAS DÉCADAS DE 1960, 1970 E A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO.

Há pouca dúvida de que o quarto de século seguinte à reconstrução pós segunda guerra mundial foi um período de expansão para a economia mundial de prosperidade sem precedentes.

Mesmo com a configuração internacional de mundo – bipolarizado por ideologias antagônicas por natureza – em um cenário de guerra fria, o padrão desenvolvimentista do pós-guerra, baseado na produção em massa e mantido em grande escala por fontes de energia não-renováveis, como ficou evidenciado, foi o ponto central das economias da sociedade moderna, e motor indispensável para o crescimento econômico que caracterizou a "época de ouro do capitalismo" ou "*The Golden Age of Capitalism*"[13].

De certa forma, todas as nações aspiravam bases industriais eficientes para atender o dinamismo de suas necessidades. E este acabou sendo o quarto de século que "produziu a mais rápida expansão material na história de 200 anos do capitalismo"(HOBSBAWM, 1995).

Pela ótica do passado, é fácil perceber as décadas de 1950-1970 como a idade de ouro do crescimento econômico, bem como das relações econômicas dos Estados Unidos com a Europa Ocidental, onde o Estado norte-americano obteve um papel central no que tange a "estabilidade política do mundo capitalista, que levou o

[13] A "Idade de Ouro do capitalismo" : O *boom* econômico mundial estendido de 1947 a 1973 (Hobsbawm, 1994).

país à exercer um papel sem precedentes na gestão do sistema econômico e geopolítico mundial" (HOBSBAWN, 1995, p.287). Foi quando Harry Truman popularizou o termo "subdesenvolvimento", a concepção de desenvolvimento igualou-se à de progresso material, um estágio a ser atingido por todos os países do mundo (MONTIBELLER, 1993).

Ainda que o período pós guerra seja identificado como uma "era de ouro" para os países centrais pelo notável desenvolvimento econômico e pela produção concentrada de riqueza, "não há duvidas sobre a emersão de um verdadeiro vazio teórico, analítico e doutrinal que transpôs diferentes classes, Estados e regiões da economia mundo (PERROUX, 1981 apud OLIVEIRA, 2012, p. 127).

Furtado (2000, p.25), propõe que ao momento subsequente à Segunda Grande Guerra, iniciou-se também, uma reflexão mais profunda acerca do modelo de desenvolvimento, com o consequente desmantelamento das estruturas coloniais e com a emergência de novas formas de hegemonia internacional, fundadas principalmente, no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica.

Para os países do terceiro mundo, por exemplo, o conteúdo desse reducionismo economicista do desenvolvimento tornou-se especialmente grave do ponto de vista do resultado social:

> O mimetismo tecnológico e dos padrões de consumo, copiando os processos produtivos e as técnicas, assim como o modo de vida vigente no Primeiro Mundo, dirigem o crescimento econômico, isto é, o grosso da produção, para as classes médias e altas, desconsiderando as condições de vida dos não possuidores, ou sejam, trabalhadores ou alijados do mercado. (MONTIBELLER, 1993, p. 132).

Ocorreu desta forma, paralelo ao desenvolvimento econômico e à produção concentrada de riqueza, a complexificação dos problemas da agenda global, com a degradação socioambiental e os riscos sistêmicos de crise financeira desde "o colapso dos acordos de *Bretton Woods* em 1971, à falência do sistema de taxas de câmbio fixo no inicio de 1973, bem como a primeira crise do petróleo, a recessão de 1974-5 e a subsequente disputa entre o comércio e as políticas macroeconômicas" (KEOHANE,*1977*, p.31).

Ainda , durante os anos de 1970, a escala da problemática ecológica, demoveu-se, paulatinamente, do nível regional e nacional ao nível internacional. Com relação a este tema argumenta-se que:

> A partir de 1972, natureza, ciência e política começaram gradativamente a construir uma agenda comum, provocando um diálogo entre a urgência da proteção ambiental e a necessidade de desenvolvimento. Essa agenda tem sido permeada por uma retórica de poder dos discursos institucionais (defesa da soberania incondicionada, princípios da não-ingerência, representação político formal) e pela função de denuncia e monitoramento dos discursos militantes (catástrofes ambientais, acidentes petroquímicos, expertise ambiental). Ambos os discursos marcaram fortemente o início do processo de internacionalização da prática ambiental. (MILANI, 2008, p. 289).

O conceito de preservação ambiental entraria no contexto internacional como uma ideia avessa ao desenvolvimento corrente (conceito que adquiriu conotação econômica no período pós-guerra de reconstrução do mundo e reformulação geopolítica), no qual o pensamento comum, surgido nas economias desenvolvidas, diria que caso os países ainda em desenvolvimento ascendessem ao seu mesmo patamar de riqueza, os recursos naturais disponíveis não seriam suficientes para manter o consumo mundial, e o planeta, conseguintemente, entraria em colapso. Essa afirmativa é consolidada na publicação “Integração entre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento: 1972 – 2002” de autoria do PNUMA

> No final da década de 1960, as questões ambientais eram uma preocupação quase que exclusivamente do mundo ocidental. Em países comunistas, a destruição implacável do meio ambiente em nome da industrialização continuava de forma incessante. Em países em desenvolvimento, a preocupação com o meio ambiente era vista como um luxo do ocidente (2003, p. 2. Tradução nossa).

Esse conceito desenvolvimentista, trazia consigo uma crítica à sociedade tecno-industrial – tanto capitalista quanto socialista – aflorada na década de 1960, quando tornou-se mais perceptível a emersão do movimento ecológico/ambientalista na problemática. Organizado de forma autônoma e independente, sem uma referência classista imediata, esse movimento imprime um caráter questionador do modo de vida, sobretudo em relação à “destruição do meio ambiente”, e acaba englobando questões diversas, como o desmatamento, o uso de agrotóxicos, a extinção das espécies, e até mesmo, a crítica ao *american way-of-life*.(Dias, 2003; apud OLIVEIRA,2012, p.125).

A repercussão de obras como "*Silent Spring"* (1962) de Rachel Carson, ou de ensaios e livros como *"The Tragedy of Commons (1968) e "Exploring New Ethics for Survival"(1972)* tiveram forte impacto na opinião pública (PNUMA, 2003, p.2).

Comoção ainda maior, foi a que referiu-se ao impacto político internacional causado pela divulgação do livro "*The Limits of Grow" ou "*Os Limites do Crescimento", publicado pelo "Clube de Roma"[14]. O livro, escrito por diversos autores sob a coordenação de D. H. Meadows, baseou-se nos resultados de modelo desenvolvido pelo professor Jay Forrester, graças a um avançado computador (para a época), que simulava a evolução da economia mundial. De acordo com o PNUMA:

> O modelo do Clube de Roma analisava cinco variáveis: tecnologia, população, nutrição, recursos naturais e meio ambiente. A principal conclusão do estudo foi a de que, se as tendências da época continuassem, o sistema global se sobrecarregaria e entraria em colapso até o ano 2000. Para que isso não ocorresse, tanto o crescimento populacional quanto o crescimento econômico teriam que parar.(2003, p. 2. Tradução nossa)

A obra conjecturava a transição do perfil de crescimento econômico para um perfil de equilíbrio, reivindicando por transformações radicais acerca da utilização dos recursos naturais e do crescimento demográfico. O argumento principal partia do princípio de que os países industrializados já poluíam extensivamente e se outros países seguissem essa mesma rota para o desenvolvimento, a escala de poluição seriam muito maior.

A publicação foi amplamente criticada, acusada de atender exclusivamente aos interesses dos países desenvolvidos, contudo, um de seus pontos positivos foi "tornar pública pela primeira vez a noção de limites externos, ou seja, a ideia de que o desenvolvimento poderia ser limitado pelo tamanho finito dos recursos naturais".(OLIVEIRA, 2012, p.28) .

Esse é o contexto histórico no qual se realizou a Conferência de Estocolmo ou Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano

[14] "Os encontros do Clube de Roma foram concebidos, em 1968, pelo industrial italiano Aurélio Peccei, e patrocinados por grandes empresas como a FIAT e a Volkswagen. No início dos anos setenta, os encontros reuniam cerca de setenta cientistas, acadêmicos, economistas, industriais e membros de instituições públicas de países desenvolvidos" (*The Limits to Growth.* MEADOWS, Donella; MEADOWS, Dennis; RANDERS, Jorgen; BEHRENS, William. 1972, p.9) Obra disponível online em: http://collections.darthmouth.edu/published-derivatives/meadows/pdf/meadows_ltg-001.pdf

(CNUMAH), em junho de 1972, “marcado pelo forte questionamento tanto do modelo ocidental de desenvolvimento quanto do modelo socialista.” (LAGO 2006, p.28).

Ainda segundo Lago (2003, p.3),

> A Conferência de Estocolmo constituiu etapa histórica para a evolução do tratamento das questões ligadas ao meio ambiente no plano internacional e também no plano interno de grande numero de países. O tema, no entanto, ao ganhar crescente legitimidade internacional, passou a ser discutido cada vez menos do ponto de vista cientifico e cada vez mais no contexto político e econômico

Foram reunidos países desenvolvidos e países em desenvolvimento, contando com a presença da China. A ex União Soviética e a maioria de seus aliados não compareceram.

A Conferência de Estocolmo ficou marcada pelo embate do eixo norte/sul como define Oliveira(2012, p.26) :

> Por um lado, os países em desenvolvimento conseguiram conter a inclusão de diversos conceitos que lhes pareciam prejudiciais, principalmente nas áreas de crescimento demográfico e de soberania. Por outro lado, os países desenvolvidos saíram vitoriosos, como nas questões de financiamento e cooperação. A ideia que o crescimento econômico não deveria seguir os padrões estabelecidos pelos países desenvolvidos ficou arraigada nesta Conferência. O mundo já não via com bons olhos o crescimento econômico e o padrão de consumo da época, e ficou estabelecido que os países em desenvolvimento deveriam sim perseguir o crescimento, mas de uma forma menos impactante ao meio ambiente.

A posição brasileira frente às conjecturas propostas pela Conferência demonstrou uma tentativa de reduzir quaisquer riscos e obstáculos ao crescimento do país na esfera internacional, marcando o embate ideológico entre os argumentos proferidos pelos países desenvolvidos e os tidos como subdesenvolvidos, os pressupostos do Brasil nessa Conferência podem ser assim resumidos:

> A poluição não é um conceito absoluto (como a soberania), mas relativo, e se a interferência humana sobre o meio ambiente fosse tomada em termos absolutos, seria necessário eliminar a humanidade; os países em desenvolvimento não são poluidores, apenas possuem pequenos cistos de poluição, nos países menos desenvolvidos, a degradação ambiental deriva da pobreza, que origina fenômenos como erosão do solo, favelas e queimadas. Com o crescimento econômico, a poluição da pobreza pode ser corrigida, e uma parcela do bolo pode ser destinada à correção da poluição. Por um lado, gastos com o meio ambiente são ilegítimos quando representam desvios de fundos que seriam destinados ao crescimento

> econômico; por outro sempre que altos níveis de renda são atingidos, a proteção ao meio ambiente se torna prioridade; finalmente a principal responsabilidade para com a proteção do meio ambiente é dos países desenvolvidos e a principal responsabilidade dos subdesenvolvidos é atingir altos níveis de desenvolvimento (DUARTE, 2007, p.18)

O Brasil saiu da Conferência definitivamente com suas ideias fortalecidas, em termos de ter atingido seu objetivo de trazer à luz a temática ambiental atrelada às implicações desenvolvimentistas, entretanto, a posição brasileira obteve efeito negativo perante a comunidade internacional por não ter demonstrado políticas proativas em relação as questões ambientais.

À parte das disputas entre os Estados participantes, a Conferência promoveu importantes conquistas para a sociedade, permitiu a entrada definitiva do tema ambiental na agenda internacional e constituiu o primeiro corpo de *"soft law"* (leis internacionais sem aplicação prática) nos assuntos ambientais internacionais que, somados ao Plano de Ação para o Meio Ambiente Humano, criaram as bases para todas as seguintes negociações sobre o meio ambiente. A conferência também estabeleceu o *United Nations Environment Programme* (UNEP) ou Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Definido como "a consciência ambiental do sistema ONU" (UNEP, 2005, p.4).

A Conferência de Estocolmo produziu e aprovou a Declaração de 26 Princípios e um Plano de Ação de 109 recomendações. Segundo Lago (2006, p.48), a maioria dos autores considera que as principais conquistas da Conferência de Estocolmo teriam sido as seguintes:

> a entrada definitiva do tema ambiental na agenda multilateral e a determinação das prioridades das futuras negociações sobre meio ambiente; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA (UNEP, pelas iniciais em inglês); o estímulo à criação de órgãos nacionais dedicados à questão de meio ambiente em dezenas de países que ainda não os tinham; o fortalecimento das Organizações não-governamentais e a maior participação da sociedade civil nas questões ambientais.

O quadro 1, à seguir, identifica os principais eventos mundiais que nortearam o desenvolvimento do tema “sustentabilidade” até a inauguração da Conferência de Estocolmo. Estão relacionados os acontecimentos, o ano de realização de cada um deles e suas principais contribuições para a evolução da temática ambiental globalmente.

Quadro 1 - Histórico relacionado ao desenvolvimento do tema Sustentabilidade que antecederam a Conferencia de Estocolmo

Ano	Evento	Principais contribuições
1962	Publicação do Livro: *"Silent Spring", por Rachel Carson*	Considerado uma importante publicação no que condiz a compreensão da interconexão do meio ambiente, da economia e do bem-estar social. (AGENCIA NORTE AMERICANA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL).
1968	Acontece a BIOSFERA pela UNESCO	"Conferência Internacional para o Uso Racional e Conservação da Biosfera" onde foram geradas as primeiras questões sobre o conceito de desenvolvimento ecologicamente sustentável. (*INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2009)*
1968	Fundação do Clube de Roma	Uma Organização informal que possui como objetivos "promover a compreensão dos variados – porém interdependentes – componentes da economia, política , natureza e sociedade que compõe o sistema global em que vivemos, para trazer um novo entendimento à atenção dos decisores políticos e do público em todo o mundo, para promover novas iniciativas e ações politicas". (Trecho extraído do Livro *The Limits to Growth, 1972, P.9)*
1969-70	Formada a Comissão Internacional "Parceiros no Desenvolvimento".	Foi a primeira das Comissões Internacionais que consideraram uma nova abordagem para o desenvolvimento e com foco no hemisfério Sul. (*INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2009)*
1970	Primeiro "Dia da Terra	Cerca de 20 milhões de pessoas participaram de manifestações Pacíficas em todo os EUA (disponível em: http://www.eearthday.envirolink.org

1971	Estabelecido na Grã Bretanha o Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento	Na busca de atribuições de novas maneiras de fazer progresso econômico sem destruir os recursos naturais. (*INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2009)*
1972	Conferência de Estocolmo, realizada na capital Sueca	Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. A Conferencia leva ao estabelecimento de várias agências de proteção ao Meio Ambiente e ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) (GIANSANTI, 2003).
1972	Declaração sobre Ambiente Humano (resultado da Conferência de Estocolmo	Nota-se a preocupação com qualidade de vida, princípios como liberdade, igualdade, justiça social e a urbanização acelerada. Responsabilidade dos Estados começa a ser tratada de maneira mais séria e ciência e tecnologia passam a ser fundamentais na prevenção de problemas. A educação ambiental começa a ganhar cenário. (GIANSANTI, 2003).
1972	O Clube de Roma publica “Os Limites para o Crescimento”.	Relatório visto como controverso, pois predizia terríveis consequências caso o crescimento econômico não fosse retardado. Os países do Norte criticam o relatório por não incluir soluções tecnológicas, enquanto os países do sul não concordam com o abandono do desenvolvimento econômico (*INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2009*
1974	Lançado o “Modelo Mundial da América Latina”	Estudo desenvolvido pela *Fundacion Bariloche* como uma “resposta do sul” para o relatório “Os Limites do Crescimento” e clamando pelo crescimento com equidade para o Terceiro Mundo. (*INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE*

		DEVELOPMENT, 2009
1976	HABITAT - A Conferencia das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos	Primeira reunião global a vincular o meio ambiente e assentamentos humanos

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

No cenário de significativas mudanças pelas quais transcorreram as Relações Internacionais ao correr da história, o meio ambiente foi adquirindo um importante potencial transformador das cenas políticas e econômicas mundiais.

De Estocolmo até a próxima Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em 1992, se passaram 20 anos, dentre os quais estariam a década de 1980, uma década confusa, com altos e baixos para o problema do meio ambiente.

3.2 A DÉCADA DE 1980 E A QUESTÃO AMBIENTAL DENTRO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Um exercício reflexivo sobre a década de 1980 permite encontrar componentes de um grande mosaico estrutural do desenvolvimento sustentável que viria a consolidar-se como pauta indispensável aos assuntos ligados às Relações Internacionais nas décadas conseguintes. Esse período, diferenciou-se das décadas anteriores de 1960 e 1970, que caracterizaram-se mais notavelmente por terem produzido o delineamento teórico dos conflitos e problemáticas envolvendo o desenvolvimento social, a sustentabilidade dos recursos naturais e o crescimento econômico. Vide a criação do Clube de Roma (1968) e a Conferência de Estocolmo (1972), inserindo definitivamente as análises dos conflitos socioambientais na agenda global. A emergência de uma crítica ambiental à sociedade industrial da época, maturou durante o passar dos anos, e aos poucos inseriu-se em um contexto de transformações em escala global que nas décadas subsequentes de 1980 e 1990 incluía o fim da guerra fria, o declínio do socialismo real e o incremento da globalização econômica (ZHOURI; 2005).

O contexto histórico da década de 1980, especialmente em seu prospecto inicial, enfraqueceu a dinâmica internacional em favor do meio ambiente como catalisador dos interesses mundiais. A emblemática ideia da bipolarização do mundo

nessa periodicidade de tempo marcando as tenções Leste-Oeste, bem como o conflito Árabe-Israelense, e as questões ligadas à economia global detinham maior parte da atenção da comunidade internacional (ROCHA, 2002). A dinâmica das condições sociais e econômicas da década em questão, foram marcadas pelas crises capitalistas iniciadas na década de 1970, pela crise da dívida externa nos países em desenvolvimento e pela estagflação nos países desenvolvidos. Fatos que refletiram a incapacidade do capitalismo mundial – sob égide dos Estados Unidos da América – de cumprir as promessas de um *New Deal* global, e a de acomodar as demandas combinadas do terceiro mundo e das classes trabalhadoras ocidentais (WALLERSTEIN, 2006).

Arrighi (1994), descreve esse sistema como o “regime do acúmulo”, o sistema Fordista-Keynesiano, que é conceitualizado por constituir uma fase particular do desenvolvimento capitalista – caracterizado pelos investimentos fixos de capital – criando o potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Essa política econômica dos Governos dos EUA e Britânico encontrou sucesso no pós-guerra, mas colheu efeitos negativos nas décadas conseguintes, iniciados em 1973, com o crescimento real da economia mundial estagnado, com as altas tendências inflacionárias e com o colapso dos investimentos fixos de capital.

O Brasil nesse contexto, à exemplo de alguns outros países do Sul, alcançou a década de 1980 exibindo “vícios graves devido à exacerbada introspecção: alto grau de protecionismo de mercado de consumo, com baixa produtividade dos sistemas industrial e de serviços, instabilidade monetária, endividamento externo e estagnação economica” (CERVO, 2009, p.39).

O fracasso da Conferência de Cancún, em 1981, aumentou a amargura das relações entre os países do norte e os chamados “países periféricos” , que ainda eram considerados pobres, e se viram forçados a renunciar em nome das questões ambientais, as reformas econômicas consideradas por eles necessárias para que atingissem níveis adequados de desenvolvimento. Grande parte da população desses países, bem como seus dirigentes, creiam ser esta, uma forma injusta de compensar as degradações ocorridas no planeta em função da riqueza dos países do Norte (SOUZA, 2000; apud ROCHA, 2002). Esse cenário assinalou “o

eufemismo de uma sociedade que avançava à duas velocidades" (SACHS, 1995, p.3).

Esses fatos contribuíram para o enfraquecimento das ações multilaterais ligadas ao meio ambiente difundidas na década anterior (1970), inclusive o esmorecimento da questão ambiental nos Fóruns de discussão internacionais. Destarte, o número de conferencias ligadas à essa questão caiu substancialmente entre os anos 1984 e 1992. Esse enfraquecimento também foi constatado em 1982, que marcou dez anos do acontecimento da Conferencia de Estocolmo, juntamente com o segundo ano de criação do PNUMA, circunstância em que seus próprios dirigentes certificaram que não haviam avançado nas propostas para solucionar os problemas ambientais, ao reconhecer que ainda nesta década a problemática ambiental havia piorado (ROCHA, 2002).

Ainda acerca desse quadro histórico, Duarte (2003) argumenta que "as grandes expectativas de Estocolmo pareciam ir se desvanecendo diante de uma realidade que se apresentava cada vez mais assustadora: os dois choques do petróleo, o desemprego maciço, a reestruturação das corporações, em suma, a recessão global" (DUARTE; 2003, p.26 apud OLIVEIRA, 2012, p.29).

Outro fato distinto e significativo desta década foi a reação do então presidente norte-americano Ronald Reagan, negando o Relatório Global 2000[15], que obtinha propostas para uma legislação em defesa ao meio ambiente:

> Reagan tomou a iniciativa de negar tanto a aplicação da legislação sobre a proteção ambiental, posta em prática pela administração do presidente Nixon, quanto ao sistema proposto pela ONU. A postura do governo Reagan na questão ambiental era por métodos voluntaristas baseados nas leis de mercado. Numa postura radical, decidiu também suprimir a contribuição norte-americana ao PNUMA (que mais tarde foi restabelecida, em parte, pelo congresso americano) e abandonar a UNESCO (PASSOS, 2009, p.18)

Essa falta de uma direção mais aguda de alguns Estados, em especial o Norte-Americano, afastou do foco as preocupações ambientalistas que beberam das águas dos movimentos de contracultura da década de 1960, passando por seu amadurecimento conceitual na década de 1970, mas que, contudo, chegaram ao derradeiro dos anos 1980, "conflagrando um consenso internacional em torno da

[15] Este estudo tem reproduziu estatísticas vistas pela primeira vez no livro "Os Limites do Crescimento" que apontavam as tendências atuais da época relacionadas ao meio ambiente e o que isso significaria para as próximas décadas.

sobreposição de ecossistemas globais e suas partes e processos integrantes, bem como da ameaça fundamental do não funcionamento desse sistema" (MILANI, 1998, p.316).

O período, de todo, não foi perdido, e apesar de todas as dificuldades a segunda metade dos anos de 1980 conheceu o verdadeiro furor de iniciativas ambientais, particularmente, por conta de catástrofes provocadas pela atividade humana desregrada e por mudanças climáticas. Os acidentes ocorridos em Bopal (contaminação por produtos químicos) e no Reno (pesticidas), a explosão de Chernobyl, a mobilização em torno das florestas tropicais, todos estes eventos, ocorridos entre 1984 e 1988 e que contribuíram de forma decisiva para a "segunda onda verde internacional" (MILANI, 1998, p. 315) .

A consonância internacional edificada ao final da década de 80 – como efeito dos desastres ambientais ocorridos entre 1984 e 1998 – acerca da relação estreita entre o bom funcionamento dos ecossistemas, do futuro da economia, e dos desenvolvimento dos Estados, foi materializada com a publicação em 1987 do Relatório de Brundtland (conhecido como *Our Common Future,* ou *Nosso Futuro Comum)* quando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento rejuvenesceu os preceitos da sustentabilidade e em outubro deste mesmo ano o objetivo do desenvolvimento sustentável foi amplamente aceito pelos governos de cem nações e aprovado pela Assembleia Geral da ONU (BEDER, 1994).

Não obstante, além do relatório de Brundtland, na década de 1980 foram assinados outros acordos importantes para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Dentre eles estão: a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982; o protocolo de Montreal sobre substancias que destroem a camada de ozônio, de 1987 (implementando a Convenção de Viena para a proteção da camada de ozônio, de 1985); e a Convenção da Basiléia para o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação, de 1989 (OLIVEIRA, 2012, p.33).

Com a desintegração da potência soviética, e com uma reconfiguração política em curso, estava pavimentado o caminho futuro para a Conferência a ser realizada no Rio de Janeiro. Em dezembro de 1989, pela resolução 44/228 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), seria convocada a Conferencia das

Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)[16] para junho de 1992. O governo brasileiro demonstrou-se disposto a sediar o evento mundial, proposta esta, aceita na mesma ocasião.

A crise ambiental conseguintemente, deixou de ser um item setorial da pauta política e passou a integrar a agenda mais ampla da segurança coletiva internacional (MILANI, 2008).

3.3 A DÉCADA DE 1990 E A RIO-92

No período situado entre a Conferencia de Estocolmo (1972) e a Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), foi revigorado o entendimento, agora conjuntamente reforçado pela expertise científica de que as intervenções humanas sobre a natureza têm sido de tal dimensão, que produzem alterações irreversíveis para a estrutura e o funcionamento dos ecossistemas. Principalmente graças aos processos negociadores da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, encerrada em marco de 1985, e do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, encerrado em 1987; Esse fenômeno passou da discussão no âmbito científico à sua regulamentação graças a instrumentos internacionais, que se tornaram referências para a diplomacia ambiental, criando novos parâmetros para as Relações Internacionais (TOBA, 1998, p.55 apud LAGO, 2013, p.83).

O fato de que, entre 1973 e 1990, a proporção de países no mundo com sistemas democráticos tenha crescido de 24,6% para 45,4% favoreceu a discussão dos chamados “novos temas” – além do meio ambiente, direitos humanos, narcotráfico e diferentes tipos de discriminação (LAGO, 2013 , p.72).

O decênio em questão exibiu raros momentos de paz: a longa guerra fria havia chegado ao fim; governos democráticos foram surgindo na Europa do Leste, África, América Latina e Ásia; Guerras foram terminando no Oriente Médio e na Irlanda do Norte; O Apartheid terminou inesperadamente e de forma pacífica na África do Sul; Enquanto isso, a preocupação com o meio ambiente e pobreza estava em ascensão em todo o mundo (SHABECOFF, 2003, tradução nossa).

Foi dessa forma que a década de 1990 consagrou o termo “desenvolvimento sustentável[17]” como um campo de reconhecimento da crise

[16] A CNUMAD ficou conhecida também como Rio92; ECO92 e Cúpula da Terra

ambiental em escala planetária e com uma preposição para conciliação e consenso entre a critica ambiental e a sociedade industrial (ZHOURI; LASCHESTSKI, 2005, p.14, tradução nossa). O cenário político e social como posto, elevou a multilateralidade e

> naquele momento, vislumbrou-se a possibilidade de que fossem resgatados o humanismo e a ótica universalista como veículos da generalização de valores, como proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, o pluralismo, o fortalecimento do multilateralismo e a solidariedade como cimento do relacionamento entre Estados (LAFER, 2002)

Parecia possível que um novo sistema pudesse ser construído nesse momento, alterando o caminho destrutivo dos seres humanos. Esse entorno propiciou a sucessão de negociações e acordos sobre o meio ambiente, incluindo uma grande conferencia sobre o tema: a RIO 92 ou Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD).

No início de 1990 a "Cúpula da Terra" – com a presença de centenas de chefes de Estado – tinha a missão de alcançar um tratado global sobre realização do desenvolvimento sustentável e certamente foi "o momento em que o meio ambiente despertou maior interesse em todo o século XX" (LAGO, 2013, p.84).

Assim, em 1992, para a RIO 92 , foram congregados no Rio de Janeiro representantes de 172 Estados (108 deles, representados pelos seus respectivos Chefes de Estado), bem foram credenciadas 1400 organizações não-governamentais. Concomitante aos trabalhos oficiais houve um fórum paralelo, que contou com 7000 ONGs, além da cobertura jornalística feita por dez mil profissionais (LAGO, 2006, p. 72). Oliveira, justifica a variedade dos Fóruns de Negociação da Conferência:

> O amálgama de diferentes Fóruns de Negociação dentro da CNUMAD foi resultado do interesse do grupo dos países em desenvolvimento, liderados pelo Brasil, que preferiam ver essas negociações apoiadas mais em questões politicas e econômicas do que sob um aspecto puramente técnico e científico[...] Essa atitude dos países em desenvolvimento acabou se refletindo dentro da Conferencia, que acolheu resoluções de vários Fóruns de Decisão, englobando todos ao mesmo grau de importância (2012, p.36)

---

[17] Nesse contexto o termo "desenvolvimento sustentável" pode ser vagamente definido como: encontrar o equilibrio equitativo entre a parte desenvolvida (norte) e a parte em desenvolvimento (Sul) do planeta, de forma a evitar com isso a depleção e destruição dos recursos naturais disponíveis

As aspirações da RIO 92 eram apreciáveis quando na busca por um acordo global na maior parte das áreas pertinentes ao meio ambiente. O que estava no centro da discussão era a discrepância acerca da possibilidade de regulação internacional e delegação de soberania na solução de problemas globais (*global commons)*, a imposição de condicionalidades no financiamento de projetos de desenvolvimento, a utilização pratica do princípio poluidor-pagador[18], e do princípio da precaução[19] (MARTINS, 2007).

O enfoque da RIO-92, estava certamente no âmbito econômico e na ideia de desenvolvimento em moldes sustentáveis, pode-se perceber como assimetrias de poder no sistema internacional interferem na construção da política externa dos Estados. O custo para atingir a sustentabilidade assinalou as diferenças entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, retornando às velhas discussões entre Norte/Sul, porém em um contexto de economia mais globalizado, onde "os debates sobre o desenvolvimento sustentável permaneceram sob o domínio de fatores econômicos, demográficos e institucionais (MILANI, 1998, p.32)

Entre os resultados[20] da CNUMAD estavam duas Convenções Internacionais, uma tratando das mudanças climáticas globais e outra da necessidade de preservação da biodiversidade. Além de duas Declarações: a do Rio e a de Florestas; equivalente à cartas externando os princípios pela preservação da vida na Terra e das florestas, respectivamente. Significativo destaque atribui-se a outro documento produzido, a Agenda 21, condizente a um plano de ação dividido em 40 capítulos com objetivo mitigar os problemas ambientais globais. Para melhor expor os resultados da CNUMAD de acordo com Lago (2006, p. 66):

> A Resolução relacionava vinte e três objetivos para a Conferencia, divididos em quatro grupos. O primeiro concentrava-se nos temas relativos à identificação de estratégias regionais e globais, com vistas a restabelecer o equilíbrio do meio ambiente e evitar a continuação de sua degradação no contexto do desenvolvimento econômico e social, e na questão do avanço do direito ambiental. O segundo reunia os objetivos associados à relação

[18] O principio do Poluidor Pagador obriga quem poluiu pagar peña poluição causada ou que pode ser causada

[19] O Principio da Precaução estabelece a vedação de intervenções no meio ambiente, salvo se houver a certeza que as alterações não causaram reações adversas, já que nem sempre a ciencia pode oferecer à sociedade respostas conclusivas sobre a inocuidade de determinados procedimentos

[20] Listamos os produtos da CNUMAD: Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima; Convenção sobre Diversidade Biológica; Declaração do Rio; Declaração sobre Florestas e a Agenda 21.

> entre degradação ambiental e o quadro econômico mundial, bem como à necessidade de recursos financeiros. O terceiro grupo incluía as questões de formação de recursos humanos, educação ambiental, cooperação técnica e intercambio de informação. O quarto grupo, finalmente, abordava os aspectos institucionais pertinentes à execução das decisões da Conferência.

É importante frisar a importância da Eco92, mais especificamente da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, como instrumento normativo internacional, quando este cumpre um papel essencial na codificação dos Princípios do Direito Internacional (PDI) no contexto do Direito Internacional Ambiental (DIA), tendo esta declaração uma considerável autoridade e influência no que concerne a articulação e o desenvolvimento do DIA. (PUSCHEL; URRUTIA; 2011).

Malgrado os embates, a CNUMAD foi um sucesso, tendo em vista seu principal objetivo de pautar uma agenda internacional comum para o desenvolvimento sustentável, consagrando inclusive o próprio conceito, contribuindo na construção de uma dimensão mais convincente de que os países desenvolvidos obtinham maior responsabilidade pelos danos ambientais causados. O relacionamento entre as mudanças que as atividades humanas, sobretudo econômicas, se faz representar pela Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (CQNUMC) – que originaria mais tarde o Protocolo de Kyoto e princípios como o das responsabilidades comuns, porém distintas[21].

3.4 A AGENDA 21

A agenda 21 é o instrumento mais importante e influente no campo do meio ambiente. Apesar de não ter adquirido validade legal ele serve como base referencial para o manejo ambiental em grande parte do mundo. Esse documento, implementado na Conferência do Rio em 1992, refere-se à um plano de ação segmentário, fundamentado nas diversas contribuições especializadas de governos e organismos internacionais. A Agenda 21, desta forma, consolida a promoção do

[21] O princípio em questão pode ser assim definido: a proteção do sistema climático deve se dar em benefício das gerações presentes e futuras com base na eqüidade e em conformidade com suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades.

desenvolvimento no que concerne o progresso social, econômico e ambiental. De acordo com Zhouri e Laschefski (2005, p.14):

> A busca de um consenso da sociedade a respeito de seus diversos interesses, atingiu o ápice com a proposta da agenda 21, principal documento resultante da Rio-92. Ele apresentava uma lista preliminar de iniciativas, afim de tornar o século XXI viável para todos. Nessa Conferência, as Nações Unidas lançaram um apelo para elaboração de agendas propícias, em diferentes níveis políticos e sociais locais, regionais, nacionais e internacionais .

As recomendações do documento, que possui quarenta capítulos, estão divididas em quatro seções principais. A primeira delas configura a dimensão social e econômica do desenvolvimento sustentável, englobando dois de seus três pilares. A seção 2 aborda a gestão de recursos naturais afim de promover a sustentabilidade, o terceiro pilar.

A principal intenção quanto à elaboração da Agenda era a de conduzir a atuação dos governos na questão ambiental a nível internacional, e a de servir como base para esse propósito (LAGO, 2009). Ainda segundo o autor, para atingir tais objetivos era necessária a união de três elementos fundamentais: um mecanismo financeiro com autonomia e recursos vultosos ; um compromisso que permitisse a criação de um sistema eficaz de transferência de tecnologia, e, por fim, a reforma e o fortalecimento das Instituições para que o esforço do desenvolvimento sustentável fosse levado adiante de forma efetiva, com o acompanhamento atento desse processo.

O documento refletia fortemente os anseios da comunidade internacional na gênese de um novo paradigma , o desenvolvimento sustentável de fato, cuja premissa seria a transversalidade, que demandava a participação e o comprometimento de organismos ligados aos seus pilares (ambiental, econômico e social).

Questões envolvendo a aplicabilidade da Agenda 21 marcaram novamente o diálogo entre as nações desenvolvidas e as nações em desenvolvimento, estes atentos principalmente às questões financeiras e a transferência de tecnologia. Havia uma crescente pressão sobre os países desenvolvidos quanto ao seu comprometimento à agenda, especialmente nos

aspectos financeiros. O que deviou na proposta da criação de uma entidade independente, que administraria os recursos pelos quais os países em desenvolvimento aspiravam. Antes mesmo antes do início da CNUMAD foi divulgada a criação do *Global Environmental Facility (GEF),* que passaria a ser o fundo global reservado às questões ambientais mundiais. Conforme explica o PNUMA,

> O Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) foi criado em 1991 como uma parceria experimental entre o PNUMA, o PNUD e o Banco Mundial para gerar dividendos ecológicos à partir do desenvolvimento local e regional, fornecendo subvenções e empréstimos à juros baixos para países em desenvolvimento e economias em transição. Após a Rio-92, intencionava-se que funcionasse como mecanismo de financiamento da Agenda 21 e que mobilizasse os recursos necessários. O fundo ajuda a financiar projetos de desenvolvimento em âmbito regional, nacional e global que beneficiem o meio ambiente mundial em quatro áreas básicas; mudanças climáticas, biodiversidade, camada de ozônio e águas internacionais. (2003, p.18).

À parte dos dilemas causados pelos impasses financeiros, a criação da Agenda 21 foi um avanço para a construção do desenvolvimento sustentável. Por meio de suas determinações, uma pauta contundente de atos foram executados na década de 1990, nacional e internacionalmente, como define Oliveira (2012, p.45):

> A Agenda 21 se constituiu num poderoso instrumento de reconversão da sociedade capitalista industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso pra algo que promova a qualidade de vida, não somente o crescimento econômico quantitativo.

O planejamento de sistemas de produção e de consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício foi um contundente foco das ações prioritárias da Agenda 21. Problemática esta, que desde a década de 1990 continua presente entre as principais questões referentes à sustentabilidade. A Agenda reflete a interconectividade dos dilemas ambientais, posto que seu plano de ação deve ser adotado global, nacional e localmente; Por organizações do sistema das Nações Unidas, governo e pela sociedade civil, em todas as áreas que a ação humana oferece impactos ao meio ambiente.

3.5 AS CONFERÊNCIA AMBIENTAIS DO SÉCULO XXI: A CONFERÊNCIA DE JOANESBURGO E A RIO +20

O desenvolvimento sustentável tem figurado de forma proeminente na agenda internacional para mais de um quarto de século. A influência humana nos padrões dos ecossistemas globais e a perceptível variabilidade climática minaram as suposições do século XX de que as alterações causadas permaneceriam dentro de limites históricos conhecidos. Os seres humanos são um produto do mundo natural, e anos de evolução tornaram essa espécie a força dominante que molda os sistemas ecológicos e biofísicos. Esses ecossistemas sustentam as sociedades, que criam as economias, logo, tal dinâmica não funcionaria de maneira reversa. O século XXI e as principais Conferências Ambientais ocorridas em seu interregno, estão postos em um cenário mais lúcido em relação à interconectividade dos problemas ambientais e da atividade humana, relacionados principalmente à escassez dos recursos naturais, ao crescimento populacional, à pobreza, e, paradoxalmente, à cultura de consumo. Dentro desse contexto, apresenta-se à seguir, a análise das duas Conferências Ambientais mais relevantes do século atual e seus principais atributos.

3.5.1 A Cúpula de Joanesburgo

A sustentabilidade pode ser vista como um conceito de compromisso, e deve ser considerado no contexto de meados dos anos 1970, perpassando pela evolução e internalização da causa nos anos 1980 e 1990, décadas marcadas pelos diálogos globais sobre os limites ao crescimento e o equilíbrio da biosfera. Dentro da concepção de desenvolvimento sustentável, foram postos lado a lado, dois termos curiosamente contraditórios. Esse paradoxo conceitual reside na “conversão da natureza – considerada como realidade externa à sociedade e às relações sociais – em uma simples variável a ser administrada e gerenciada, de modo a não impedir o desenvolvimento” (ZHOURI, 2005, p.15).

É possível traçar um paralelo entre o supracitado e o quadro exposto na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável[22] (CMDS), ocorrida em 2002, em Joanesburgo, na África do Sul. Nessa Conferência, foi realizado um balanço sobre as condições socioambientais do planeta, o que revelou o agravamento da situação de degradação ambiental, espoliação e expropriação dos recursos humanos e naturais (SACHS, 2002). As estimativas pessimistas validaram a

[22] A Conferência também ficou conhecida como Cúpula de Joanesburgo

inevitabilidade de reconsiderar os conceitos e valores do desenvolvimento sustentável evidenciados nas décadas anteriores. O propósito em foco na Cúpula de Joanesburgo era o de averiguar os progressos alcançados pela Agenda 21 dez anos após sua implementação. Apesar da positividade quanto a Agenda no período de sua formação, o panorama revelado na CMDS não foi otimista, cenário reconhecido um mês antes de seu acontecimento pelo então Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan: "o registro da década desde a Cúpula da Terra é principalmente uma demonstração de progresso penosamente lento e de uma crise ambiental que se aprofunda[23]" (LAGO, 2009, p.79).

Apesar do reforço do quadro legal negociado no âmbito das Nações Unidas, com consequências diretas e indiretas para o desenvolvimento sustentável, a dificuldade da execução de compromissos era inegável. A diferença entre a vontade dos governos para negociar e a vontade política de responder aos desafios postos, construíram um cenário de ceticismo em Joanesburgo, devido à falta de resultados concretos. Mesmo com a certeza científica acerca das transformações negativas causadas ao meio ambiente pela ação do homem, parecia menor o interesse político em suprir essas demandas, assim como foi reduzida a multilateralidade de ações evocadas na Conferência do Rio dez anos antes (LAGO, 2009).

O panorama posto no século XXI revelou os transtornos nas negociações internacionais,

> representados por sucessivos fracassos em torno das questões comerciais, com a recusa dos países desenvolvidos em baixar os subsídios agrícolas e eliminar as barreiras não tarifárias [...] o tema ambiental, principalmente no que tange o desenvolvimento sustentável, estava enfraquecido, não somente no contexto econômico, mas também no político, especialmente com os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, acarretando modificações drásticas na conjuntura internacional, desfavorecendo o debate em torno da sustentabilidade (OLIVEIRA, 2012.p46)

O que Joanesburgo apresentou à problemática ambiental foi um aspecto mais pragmático no manejo do desenvolvimento sustentável, buscando relativizar o conceito em ações concretas, *The Johannesburg Declaration,* (A Declaração de

[23] "The record in the decade since the Earth Summit is largely one of painfull progress and a deepening global environmental crisis"

Joanesburgo), revelou poucas novidades, tendo em vista os princípios de sustentabilidade expressos no passado, contudo, houve o detalhamento de alguns desses objetivos.

Em se tratando dos desafios expressos no documento, é feita alusão aos problemas ambientais de caráter global, revelando pela primeira vez os problemas relacionados à globalização, apontando como os benefícios e custos atrelados ao fenômeno estão distribuídos desigualmente no planeta (DINIZ, 2002).

Houve na Conferência a complexificação da questão climática. Os obstáculos postos em torno da assinatura do Protocolo de Quioto[24], e a retirada na nação estadunidense do mesmo, engendrou vicissitudes na questão do aquecimento global. O empasse entre os países desenvolvidos marcou essa tratativa em Joanesburgo, como exposto por Lago,

> A Convenção [Quadro das Nações Unidas] é incentivada pelos europeus por sua vantagem comparativa. A matriz energética europeia, já sofrera modernização em função de ajustes provocados pela crise do petróleo e pela cada vez mais severa legislação ambiental na União Europeia. Do lado norte-americano, no entanto, as ambiguidades científicas, a perspectiva de custos elevados e a falta de apoio da indústria[...]tudo isso incentivou aqueles que defendiam que a mudança do clima iria ser simplesmente usada pelos competidores para obter ganhos relativos às custas dos EUA (2007, p.98).

A Conferência de Joanesburgo, mesmo com os debates contrastantes e com a ausência de interesse por parte dos Estados Unidos, alcançou alguns resultados positivos. Foram reafirmadas metas mais detalhadas para a erradicação da pobreza, a proteção ambiental, o acesso à água potável e a proteção à biodiversidade. Procurou-se priorizar também o combate à situações adversas à vida e à dignidade humana, como a fome crônica, conflitos armados, tráfico de pessoas, xenofobia e terrorismo. Foram ainda inclusos dois temas de difícil progresso em inúmeras negociações anteriores, energias renováveis e responsabilidade corporativa (DINIZ, 2002).

3.5.2 A RIO +20

[24] Adotado em dezembro de 1997, o Protocolo de Quioto estabelece metas de redução de emissão de gases efeito estufa e mecanismos adicionais de implementação para que essas metas sejam atingidas (MOREIRA; GIOMETTI, 2008).

A jornada para a Rio +20 tem sido longa. Um número de conferências, declarações e acordos ao longo de várias décadas levaram a uma série de resoluções, onde países desenvolvidos e países em desenvolvimento debateram soluções para prementes problemas ambientais, no âmbito interno e também globalmente. Essas reuniões internacionais demonstraram um amplo consenso sobre a necessidade de integrar ações sobre o meio ambiente, a economia e a sociedade, que vieram a ser conhecidos como os pilares da sustentabilidade.

Embora a retórica propagada pelos líderes de Estado nas conferências ambientais tenham evidenciado a consonância de suas ideias, a prática, ao longo dos anos, demonstra menor conformidade com o discurso. Não é difícil perceber que no coração da crise ambiental global encontram-se os modelos e padrões de livre comércio, investimentos, e padrões de consumo criados, e, politicamente dominados principalmente por governos, bancos e corporações multinacionais. Ainda que não houvesse dissidência dentro do Sistema das Nações Unidas, os governos, em geral, aderiram à pressão corporativa. Por exemplo; eles decidiram não mencionar as responsabilidades das corporações transnacionais nos documentos oficiais da Rio-92. Os textos elaborados pelo Centro das Nações Unidas sobre as Corporações Transnacionais (CNUCT) sobre a vigilância e a regulamentação das grandes corporações não chegou à Declaração do Rio, o mesmo aconteceu com o amplo conjunto de recomendações preparados para a Agenda 21. Enquanto os princípios 13 (responsabilidade civil), 14 (padrões duplos), 15 (princípio da precaução) e 16 (princípio do poluidor pagador), da Declaração referentes à ações empresariais foram elaborados afim de evitar uma linguagem que iria gerar responsabilidades para o comportamento empresarial (GREENPEACE, 2012).

Poucos meses antes da Conferência do Rio, em 2012, o único mecanismo intergovernamental – que havia acompanhado as empresas transnacionais e seus padrões duplos em termos de produtos, tecnologia, e comportamento corporativo – foi efetivamente dissolvido. O CNUCT não mais existiria depois de 15 anos de trabalho sobre o código de conduta das transnacionais, na tentativa de expor os direitos e deveres dos mesmos, e o direito dos Estados para regulamentar-las. (GREENPEACE, 2012).

O momento de execução da Convenção das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) ou Rio+20 em 2012, ainda coincidiu com um panorama extrínseco menos propício para a promoção de uma visão multilateral do desenvolvimento sustentável. O financiamento para fins globais, por exemplo, estagnou em termos reais nas décadas precedentes à Conferência. Período que também coincidiu com uma nova escalada da crise econômica europeia, com as crises políticas do Egito, no Iran e na Síria, fatos que não priorizavam a agenda do desenvolvimento sustentável no plano internacional (HIGGINS; CHENARD, 2012).

No Brasil, em maio de 2012, o parlamento brasileiro votou no enfraquecimento da lei de conservação florestal do país em defesa dos interesses ruralistas. Nesse mesmo ano, o controverso projeto de construção inicial da Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica, fato que suscitou um caminho de desconfiança em relação às ambições político ambientais brasileiras no período prévio à Rio+20 (CLEMENÇON, 2012).

De acordo com o *Council on Foreign Relations*[25] (2012), a Rio +20 não produziu qualquer avanço em termos de acordos ou compromissos implementados, mas promoveu novamente uma plataforma internacional para iluminar as questões relevantes ao desenvolvimento sustentável global. Ao final da Conferência, participaram 50 chefes de Estado e 190 ministros do meio ambiente, ou seja, menos da metade do número que atendeu à Eco-92 vinte anos antes.

[25] Concelho de Relações Exteriores

4 UMA BREVE TRAJETÓRIA DA SUSTENTABILIDADE NO BRASIL

As questões ambientais no Brasil, até o final da década de 1980, refletiam a dinâmica política desenvolvimentista do país, com forte orientação voltada à exploração dos recursos minerais afim de suscitar o crescimento econômico, em um período marcado pela constituição de uma manufatura própria sólida e a estruturação do mercado interno (DRUMMOND, 2015).

Esse modelo de desenvolvimento criou um ciclo vicioso que fez com que as políticas sociais dependessem direta ou indiretamente desse crescimento, baseado em formas insustentáveis de utilização dos recursos naturais. (MELLO; TONI, 2013).

O sentido dos dilemas ambientais, na concretude da política brasileira, foi gradativamente ganhando importância no país, a ponto de chegar a ser, em determinadas ocasiões (como foi na Rio-92) pauta essencial na agenda política oficial. Contudo, a postura do Brasil ainda refletia a conduta dos países periféricos, condizente à posição antagônica destes em relação às políticas ambientais propostas pelas nações desenvolvidas, que, de certa forma, imporiam restrições para as atividades econômicas dos países em desenvolvimento não industrializados. (FERREIRA, 1998).

Houve um período no Brasil, em especial, nas décadas anteriores à Rio-92, quando as problemáticas ambientais eram vistas de forma tangencial perante as prerrogativas de crescimento econômico do país. Esse atributo foi assimilado de forma negativa pela comunidade internacional, que se via pressionada perante a opinião pública e pelas Organizações Internacionais Não Governamentais (OINGs) a agir perante à crise ecológica posta. O Brasil, quando na sua oferta para sediar a CNUMAD visou demonstrar os diferentes ideais adotados pelo país naquele momento, dando maior ênfase e alusão ao desenvolvimento sustentável. Em referência à essa afirmação, Oliveira coloca:

> No início da década de 1990, o Brasil adotou uma postura proativa na questão ambiental, a começar por sua proposta de sediar a CNUMAD. Essa foi uma decisão que apresentava altos riscos, uma vez que era a primeira vez que um país em desenvolvimento seria sede de um evento de tal porte. Porém, o pensamento do governo convergia na ideia de que o país tinha muito a ganhar politicamente, e especialmente, em termos de visibilidade na esfera internacional (2012, p.82)

A CNUMAD agiu como um divisor de águas. Houve no Brasil após a Conferência, maior inserção das políticas governamentais e maior incorporação dos problemas ambientais no país, o que contribuiu para abrir e ampliar o espaço de participação da sociedade civil nos processos de decisão política em geral (ALONSO; COSTA, 2002). Esse quadro ficou evidente na Rio-92, conforme aponta Lago

> Estes temas, provenientes muitas vezes da agenda internacional, introduzidos de maneira parcial, “de cima para baixo” na agenda interna, passaram a serem discutidos “de baixo para cima”, graças à maior participação da sociedade civil nos planos político, social e econômico. Assim, o meio ambiente conquistou progressivamente maior legitimidade nos países em desenvolvimento (2007, p.55).

A realização da Rio-92, causou forte impacto positivo no Brasil, não somente no movimento ambientalista crescente e na melhora da imagem do país internacionalmente, mas também na produção intelectual nessa área, fato de extrema importância, evidenciando a complexidade que envolve a temática ambiental, Alonso e Costa decorrem sobre esse asserto:

> Após a Rio-92, houve uma explosão do mercado editorial, e muitos especialistas de diversos campos das ciências naturais e sociais começaram a mudar o foco de seus estudos em direção à problemática ambiental, atraídos tanto pela maior facilidade de financiamento de pesquisas, como pela ampla visibilidade do tema pela opinião pública e dos meios de comunicação (2002, p.118)

A postura brasileira após a Conferência ainda convergia a favor do desenvolvimento dos países periféricos mais pobres e na mudança dos padrões de consumo nos países mais ricos. Em resposta à CNUMAD, a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) trabalhou na criação da Agenda 21 do Brasil. Apesar do prolongado ínterim de formação, o documento foi finalmente assinado em julho de 2002, pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso,

como preparação para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que viria a ocorrer naquele mesmo ano em Johanesburgo, África do Sul.

A Agenda 21 brasileira é classificada como um pacto social, pois foi criada através de anos de ampla consulta em todos os setores da sociedade civil. Embora a Agenda não seja considerada uma estratégia para o desenvolvimento sustentável nacional, ela observa que o objetivo comum a ser alcançado não é restrito à preservação do meio ambiente, ela amplia o debate sobre a sustentabilidade, e evoca o diálogo e a interconectividade entre o crescimento econômico, equidade social, e preservação ambiental (BRASIL, 2004).

O documento procurou estabelecer um ajuste harmonioso entre seus objetivos, nas estratégias de desenvolvimento, assinalando medidas a serem tomadas afim de superar as restrições econômicas, institucionais, políticas e culturais, promovendo o aumento da consciência ambiental, “abrindo a estrutura do sistema político nacional para políticas direcionadas à redução das desigualdades e redução da pobreza” (OLIVEIRA, 2012, p. 113).

O Estado brasileiro, no presente momento, participa efetivamente da multiplicidade de iniciativas pertinentes ao desenvolvimento sustentável, conjuntamente a outros países do continente. À exemplo da Iniciativa Fome Zero da América Latina e Caribe, um compromisso dos países da região para erradicar a fome no prazo de uma geração (INICIATIVA FOME ZERO, 2014).

O primeiro decênio dos anos 2000 evidenciou categóricas transformações políticas na América do Sul, impulsionando um novo regionalismo. Uma decisão inflexiva passou a ser feita em 2003, quando um conjunto de países sul americanos passou a atuar de forma coordenada a favor do esvaziamento das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na tentativa norte americana de estender o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA). Ao passo que a região sul americana refreava o peso do projeto estadunidense em sua agenda, este priorizou sua política externa à chamada “guerra ao terror”. Esse contexto contribuiu para a ampliação do espaço necessário ao fortalecimento da política regional, na criação de novas instâncias, e na tentativa de dar novo sentindo à institucionalidade criada no período anterior. À exemplo do avanço da União de

Nações Sul Americanas (UNASUL) e das novas diretrizes adotadas pelo Mercado Comum do Sul[26] (MERCOSUL) (TONI; MELLO, 2013).

As autoras ainda propõe que apesar de uma nova vontade política ter passado a vigorar, renovando o sentido para a integração regional no chamado neoliberalismo, o novo ciclo formado apresentava bloqueios estruturais e perspectivas de futuro limitadas. Essa etapa combinou três frentes: crescimento econômico, redução das taxas de desemprego e amplos programas de inclusão social em diversos países sul americanos, porém, ao mesmo tempo, uma forte demanda da China por matérias primas abundantes na região favoreceu novamente a intensificação da exploração dos recursos naturais.

A questão ambiental, pode aqui ser compreendida, quando considera-se a estrutura de oportunidades políticas que condicionam a consolidação de atores na esfera internacional, que permite perceber a dinâmica conflituosa estabelecida entre estes atores (ALONSO; COSTA, 2002).

Dentro dessa estrutura, o Brasil buscou ampliar ainda mais seu espaço acerca da temática ambiental, mantendo uma postura parcial quanto à aplicabilidade do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Pode ser citado como exemplo a perspectiva brasileira na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS) de 2002. O país defendeu a assinatura do Protocolo de Quioto por todas as Nações presentes, pleiteando o fim do protecionismo aos países desenvolvidos. A “Proposta Brasileira de Energia” obteve parte expressiva nas negociações e recomendava que os países promovessem um aumento de suas matrizes energéticas renováveis para ao menos 10% de seus totais, apesar de coerente, a proposta não foi aceita pelos demais países presentes. Ainda assim, a retórica brasileira na CMDS demonstrou seu propósito de dispor das vantagens de sua posição como potência média para a proeminência do país como “potência verde”, conquistando maior dimensão na esfera internacional. Manteve-se a postura à favor do desenvolvimento, entretanto, agora voltado à sustentabilidade, com suas prerrogativas válidas tanto para países do Norte Global, quanto para países do Sul Global (OLIVEIRA, 2012).

Dez anos após a Cúpula de Johanesburgo, o Brasil sediou novamente o evento oficial das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento sustentável.

[26] como a ampliação do fundo para a convergência estrutural do MERCOSUL

Ramirez , argumenta que naquela determinada conjuntura a sustentabilidade como viés obrigatório para qualquer atividade humana, foi perdendo todo sentido transformador, dando lugar aos instrumentos econômicos e tecnológicos, ambos funcionais ao modelo, como novas oportunidades de negócio (2013, p.19). O autor ainda argumenta que a dimensão econômica (agora ferozmente neoliberal), não somente não foi substituída ou ao menos limitada por critérios de respeito e conservação da natureza, como, ao contrário, foi convertida em capital natural, sujeito às regras do livre mercado, sempre favorável aos grandes capitais transnacionais.

A alusão é aqui feita em torno da mercantilização da natureza, e à tendência das políticas ambientais a se converterem em reguladoras e vigilantes de leis e lineamentos consonantes à essas tendências. Em relação ao caso brasileiro é possível constatar como até meados da Conferência do Rio em 1992 a questão ambiental era concebida de forma antagônica aos planos de crescimento e coesão econômica. Para esse tempo, a adoção de procedimentos de controle de poluição e outras medidas de proteção ambientais eram correlacionadas à aumentos de custo de produção, o que reduziria a competitividade internacional brasileira. Medidas de controle brandas foram utilizadas por decisores políticos como um incentivo para atrair indústrias vistas como poluidoras, mas financeiramente corpulentas. Após a ocorrência de calamidades ambientais sérias – tais como o rompante de problemas de saúde pública ao redor da área industrial de Cubatão – em meados de 1980, houve um aumento do interesse político na adoção de controles mais eficazes (YOUNG; RONCISVALLE, 2002).

No atual contexto político ambiental brasileiro, o quadro institucional adotado para a criação de órgãos ambientais é baseado na distribuição de funções para todos os níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal). Em termos brutos, saneamento e problemas de disposição de resíduos sólidos foram designados para agências de controle locais, enquanto a poluição do ar e da água tornaram-se responsabilidade das agências de controle estaduais. A proteção da biodiversidade e controle ao desmatamento estão associados principalmente ao governo nacional. A máxima autoridade brasileira é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), instituição à nível federal, na qual cada Estado possui sua respectiva contraparte, hierarquicamente ínfera ao CONAMA em termos de regulamentação.

A ONU, em 2014, estabeleceu os prelúdios para instaurar uma nova agenda após 2015, com metas referentes ao desenvolvimento sustentável para os 192 Estados membros. Ocasião na qual, chegará ao final o prazo de um compromisso anterior, Os Objetivos do Milênio, firmados no ano 2000 (MARTINS, 2014).

Em relação ao pacto originário, o Brasil compilou relevantes avanços: A taxa de mortalidade infantil foi reduzida à um terço em 2014. A extrema pobreza diminuiu consideravelmente, de 25, 6% da população em 1990, para 3,5% em 2012. Melhorias que resgataram o país do “mapa da fome”.

No âmbito educacional, o país obteve destaque no Plano Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), garantindo até o final de 2014, oito milhões de vagas em cursos técnicos e qualificação profissional. Em relação às metas ambientais, o programa Amazônia Legal promoveu níveis menores de desmatamento, em 2013 o índice foi cinco vezes inferior ao registrado em 2004. Além disso, o Brasil reduziu pela metade, em 2014, a proporção da população sem o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário (PNUD, 2014).

A condição de equilíbrio, na concepção prática do desenvolvimento sustentável não é de fácil mensuração, especialmente em se tratando de um país de proporções sumptuosas como o Estado brasileiro. A breve análise histórica do progresso do país em suas políticas governamentais, bem como a da institucionalização da causa ambiental, evidenciam o progresso do desenvolvimento sustentável no Brasil, com ênfase particular nas políticas de globalização, e na erradicação da pobreza e da fome. Os diferentes aspectos dessa dimensão certificam a complexidade dos desafios que contornam o uso dos recursos naturais em conformidade com as necessidades humanas e aos limites expostos pela natureza. Por essa razão, grandes outros objetivos ainda estão à serem alcançados pelo Brasil na busca da plenitude das condições de vida de seus cidadãos em harmonia com o meio ambiente.

5 A QUESTÃO ENERGÉTICA: ENERGIA RENOVÁVEL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Embora exista um amplo consenso entre as Organizações Internacionais, Instituições Governamentais, e as comissões regionais sobre o que constitui energia renovável, estes grupos empregam definições legais ou formais que variam ligeiramente nos tipos de recursos e considerações de sustentabilidade incluídas.

A Agência Internacional de Energia Renovável (AIER) tem uma definição legal, ratificada por 108 membros (107 Estados e a União Europeia) a partir de fevereiro de 2013: "A energia renovável inclui todas as formas de energia produzidas a partir de fontes renováveis de uma forma sustentável, incluindo a bioenergia, a energia geotérmica, hídrica, energia dos oceanos, energia solar e a energia eólica ".

A Agência Internacional de Energia (AIE, 2005) define recursos energéticos renováveis como os "derivados de processos naturais" e "reabastecidos em um ritmo mais rápido do que são consumidos". A definição AIE das energias renováveis inclui as seguintes fontes: "eletricidade e calor derivados da energia solar, vento, mar, hidráulica, biomassa, recursos geotérmicos, biocombustíveis e hidrogênio, provenientes de recursos renováveis. Estas definições variam no tipo de fontes incluídas e nas considerações dos fatores de sustentabilidade que estão explicitamente incorporados. Essas diferenças ilustram o fato de que não existe uma definição comum ou global de energia renovável. (INSTITUTO DE ENERGIA ATÔMICA, 2002).

Em se tratando da definição de Eficiência Energética, esta refere-se à

> ações de diversas naturezas que culminam na redução de energia necessária para atender às demandas da sociedade por serviços de energia sob a forma de luz, calor/frio, acionamento, transporte e uso em processos. Objetiva em síntese, atender às necessidades da economia, com menor uso de energia primária, e , portanto, de menor impacto na natureza (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2008, p.1)

A energia tem sido uma preocupação central para a humanidade ao curso de sua longa história. A prestação adequada de serviços de energia tornou-se especialmente importante para o crescimento econômico desde a Revolução Industrial. Nas últimas décadas as questões energéticas foram um componente fundamental nos debates conceituais e estratégicos sobre o desenvolvimento sustentável em todo o mundo (TOTH; MOREIRA; 2006). Especialmente quando a prestação de serviços energéticos – adequados, confiáveis e a um custo acessível, providos de uma forma ambientalmente benigna e em conformidade com as necessidades de desenvolvimento social e econômico – é um elemento essencial do desenvolvimento sustentável. A energia é vital para erradicar a pobreza, melhorar o bem-estar humano e elevar os padrões de vida (PNUMA, et al, 2000). No entanto, a maioria dos padrões atuais de fornecimento e uso de energia são considerados insustentáveis (ONU, 2001).

O sistema energético mundial está em perigo de ficar aquém das esperanças e expectativas sobre o seu futuro. A corrente desordem em partes do Oriente Médio – que continua a ser a única grande fonte de petróleo de baixo custo – preocupa o mundo de forma crescente desde o choque do petróleo na década de 1970. O conflito entre Rússia e Ucrânia reacendeu as preocupações sobre a segurança do gás como fonte energética. A energia nuclear, que para alguns países desempenha um papel estratégico na segurança energética enfrenta um futuro incerto. A eletricidade permanece inacessível para muitas pessoas, incluindo dois a cada três indivíduos na África-subsaariana, e no que concerne as mudanças climáticas o quadro tampouco é otimista, com a subida constante das emissões de gases de efeito estufa (CO2), a com a poluição do ar sufocante presente nas cidades que possuem maior crescimento econômico do mundo (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA, 2014). De volta à 1987, o Relatório da Comissão de Brundtland já descrevia os desafios inerentes à energia no desenvolvimento sustentável mediante à atribuição de um de seus capítulos dedicado especialmente ao assunto. Partindo do pressuposto de que “desenvolvimento sustentável depende essencialmente da disponibilidade de energia a longo prazo, em quantidades crescentes, à partir de fontes confiáveis, seguras e sustentáveis” (O NOSSO...; 1987, p.31).

A Comissão ainda definiu quatro elementos da sustentabilidade para a utilização de energia: o crescimento suficiente de suprimentos para atender as

necessidades humanas; eficiência energética e medidas de conservação; problemas relacionados à saúde pública e a proteção ambiental. Depois de investigações sobre os recursos disponíveis, aspectos econômicos, ambientais, aspectos de segurança de combustíveis fósseis, energia nuclear, fontes de energia renovável, contemplando questões de eficiência energética e conservação de energia, a Comissão concluiu que "somente um caminho energético seguro, ambientalmente correto e economicamente viável que irá sustentar o progresso humano, e que a eficiência energética com base em fontes renováveis, que devem constituir a base da estrutura global de energia durante o século 21" (O NOSSO..., 1987, p.21, tradução nossa).

Dez anos depois, em 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) reconheceu formalmente a necessidade de padrões de uso de energia mais sustentáveis, e, pela primeira vez um processo intergovernamental foi criado para elaborar uma abordagem comum para a agenda do desenvolvimento energético sustentável. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUMA), conjuntamente com o Departamento das Nações Unidas de Assuntos Econômicos e Sociais (DNUAES) e o Conselho Mundial de Energia (CME) iniciaram o *World Energy Assessment*[27] (WEA). O WEA irá fornecer uma avaliação das questões sociais, econômicas, ambientais e de segurança ligadas à energia, bem como a compatibilidade das diferentes opções de energia com objetivos nessas áreas (PNUD; 2000).

Questões chave sobre a problemática energética foram discutidas novamente em 2001, na nona sessão da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, na sequência, em 2002, já na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS) realizada em Johanesburgo, África do Sul, a comunidade internacional reafirmou que o acesso à energia é imprescindível para auferir o objetivo de desenvolvimento do milênio de reduzir pela metade, até 2015, a proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002). A CMDS assentiu em facilitar o acesso dos pobres à serviços de energia confiáveis e acessíveis no contexto das políticas nacionais mais amplas para promover o desenvolvimento sustentável. A Cúpula também clamou por mudanças nos padrões insustentáveis no uso e na produção energética.

[27] "Avaliação Energética Mundial" quando traduzido ao Português

Em última resolução adotada pela AGNU, em 27 de julho de 2012, disposta no documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS)[28], intitulado "O Futuro que Queremos"[29] , está presente a problemática da energia entre as 39 principais áreas temáticas e questões intersetoriais de destaque do documento. Para fim de atender melhor compreensão sobre os objetivos do presente trabalho, encontra-se subsequentemente o transcrito original do documento referente à "Energia" e suas propostas:

> a) Reconhecemos o papel crítico que a energia desempenha no processo de desenvolvimento, como o acesso a serviços energéticos modernos sustentáveis contribui para a erradicação da pobreza, salva vidas, melhora a saúde e ajuda a prover as necessidades humanas básicas. Ressaltamos que esses serviços são essenciais para a inclusão social e a igualdade de gênero, e que a energia é também um contributo essencial para a produção. Comprometemo-nos a facilitar o apoio ao acesso a esses serviços por 1,4 bilhões de pessoas no mundo que estão atualmente sem eles. Reconhecemos que o acesso a estes serviços é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável;
> b) Enfatizamos a necessidade de abordar o desafio do acesso a serviços energéticos modernos sustentáveis para todos, em especial para os pobres, que são incapazes de pagar esses serviços, mesmo quando eles estão disponíveis. Enfatizamos a necessidade de tomar novas medidas para melhorar esta situação, nomeadamente através da mobilização de recursos financeiros adequados, de modo a prestar esses serviços de maneira confiável, acessível, economicamente viável e socialmente e ambientalmente aceitáveis nos países em desenvolvimento;
> c) Reafirmamos o apoio à implementação de políticas e estratégias nacionais e subnacionais, com base nas circunstâncias nacionais individuais e aspirações de desenvolvimento, utilizando um mix de energia adequada para satisfazer as necessidades de desenvolvimento, incluindo através do aumento da utilização de fontes de energia renováveis e outras tecnologias de baixas emissões, o uso mais eficiente da energia, maior dependência de tecnologias energéticas avançadas, incluindo tecnologias mais limpas de combustíveis fósseis e do uso sustentável dos recursos energéticos tradicionais. Comprometemo-nos a promover serviços modernos de energia sustentável para todos através de esforços nacionais e subnacionais, designadamente através de ações de colaboração para compartilhar as melhores práticas e adotar políticas, conforme o caso. Conclamamos os governos a criar ambientes favoráveis que facilitem o investimentos relevantes do setor público e privado em necessárias tecnologias energéticas mais limpas.
> d) Reconhecemos que a melhoria da eficiência energética, no aumento da quota das energias renováveis e limpas são importantes para o desenvolvimento sustentável, designadamente no combate às alterações climáticas. Reconhecemos também a necessidade de medidas de eficiência energética no planejamento urbano, edifícios e transportes e na produção de bens, serviços e design de produtos. Reconhecemos também a importância da promoção de incentivos e a eliminação dos desincentivos para a eficiência

[28] Também conhecida como Rio +20
[29] "*The Future We Want"* como título do documento original em inglês.

> energética e a diversificação do mix de energia, incluindo a promoção da investigação em todos os países, incluindo países em desenvolvimento.
> e) Notamos o lançamento da "Energia Sustentável para Todos" iniciativa do Secretáriado-Geral, que incide sobre o acesso à energia, eficiência energética e energias renováveis. Estamos todos determinados a agir de forma a tornar a energia sustentável para todos uma realidade e, com isso, ajudar a erradicar a pobreza e levar ao desenvolvimento sustentável e prosperidade global. Reconhecemos que as atividades dos países relacionadas à energia são de grande importância e são priorizadas de acordo com os seus desafios específicos, capacidades e circunstâncias, incluindo a sua matriz energética. (O FUTURO QUE QUEREMOS, 2012, p.35)

Com base nessas resoluções o consenso é o da criação de um quadro político que simultaneamente oferece o acesso à fontes de energia seguras e ambientalmente sustentáveis, ou seja, um sistema de energia sustentável, sendo este um dos principais desafios que enfrentam os governos na atualidade. Esta contenda é conhecida como “O Trilema Energético”[30] como ilustrado à seguir (WORLD ENERGY ISSUES MONITOR, 2014, p.6).

Figura 1 - O Trilema Energético

Fonte: Elaborado pela autora com base na ilustração provida pelo WEIM[31] 2014.

[30] *Energy Trillema* na expressão original da língua inglesa.
[31] World Energy Issues Monitor

Ao longo das próximas quatro décadas, é esperado um aumento de cerca de 60% na produção energética mundial. Isocronicamente, as emissões de gases efeito estufa teriam de ser reduzidas pela metade, com o propósito de atingir a meta de contenção do aumento da temperatura global, não excedente aos 2º centígrados previstos pelo IPCC, afim de limitar as alterações climáticas. Outrossim, a eletrificação nos setores de transportes domésticos poderia garantir maior flexibilidade na redução das emissões de CO2. Do lado da oferta, até 2050, cerca de 60% de toda a energia teria que ser proveniente de fontes limpas, como as renováveis e a bioenergia, que combinados, reduziriam as emissões de gases do efeito estufa (VUUREN, 2012). Um painel mais otimista demonstra que é esperado um aumento global , de 215%, no uso de energia baseada em biomassa nos próximos 25 anos. Haverá também, uma ligeira diminuição da dependência de fontes de energia provenientes de combustíveis fósseis. Essas mudanças estão relacionadas primordialmente aos centros urbanos, que apesar de corresponderem à 2% da ocupação de terra no planeta, são responsáveis por 70% do consumo de energia disponível no globo (LINDFIELD;

À partir dessas premissas será feita uma investigação das ações e políticas energéticas do Estado brasileiro em congruência com as propostas de sustentabilidade fundamentadas no documento “O Futuro que Queremos” .

5.1 AÇÕES E POLÍTICAS ENERGÉTICAS DO ESTADO BRASILEIRO

A competitividade econômica dos países e a qualidade de vida de seus cidadãos, desde a Revolução Industrial, são motivados pela energia. No atual contexto global, frente aos desafios ambientais expostos, essa influência se mostra ainda mais decisiva. Dentro deste nexo, as economias que melhor se posicionam quanto ao acesso à recursos energéticos de baixo custo e de baixo impacto ambiental, obtêm importantes vantagens comparativas (GORINI, 2007).

A um só tempo, essas questões apresentam para o Brasil o desafio e a oportunidade. Desafio porque o desenvolvimento econômico e social do país irá demandar uma ampla quantia de energia, e consequentemente, um alto grau de segurança e de sustentabilidade energética. Oportunidade, porque o Brasil dispõe de condições muito específicas de recursos energéticos renováveis, e de tecnologia

para transformar suas riquezas naturais em energia, e dessa forma agregar valor à sua produção de riqueza (TOLMASQUIM, 2007).

As principais políticas brasileiras em eficiência energética e energias renováveis, colocam o país como um dos principais atores internacionais como potência energética. Em 2013, o Brasil foi o oitavo maior consumidor de energia do mundo e a terceiro maior das Américas (América do Norte, América Central, Caribe e América do Sul), atrás dos Estados Unidos e Canadá. O consumo total de energia primária no Brasil aumentou em mais de um terço na última década por conta do crescimento econômico sustentado.

A maior parte do consumo total de energia do país advém do petróleo e de outros combustíveis líquidos, seguido pela hidroeletricidade e gás natural. Estatísticas apontam o Brasil como décimo maior produtor de energia do mundo em 2013. Além disso, o país aumentou a sua produção total de energia, especialmente petróleo e etanol (WORLD ENERGY ISSUES MONITOR, 2014). Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a produção de etanol representou 19% do total de energia do Brasil comparado aos 15% produzidos uma década atrás.

5.2 A ARTICULAÇÃO DOS PROGRAMAS BRASILEIROS ÀS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS REFERENTES À SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA - PROGRAMAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Os benefícios auferidos para o Estado brasileiro quando na análise dos resultados dos Programas de Eficiência Energética (PEE) demonstram os potenciais do país em se tratando dos resultados gerados pela prática das políticas energéticas. As melhorias mais acentuadas foram perceptíveis na redução da dependência externa por petróleo e derivados; Na postergação de investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia; Na redução de riscos de racionamento; No desenvolvimento tecnológico e na redução da emissão de poluentes e de Gases de Efeito Estufa (BARBOSA, 2011).

A seguir, encontram-se listados os principais Programas na área de energia promovidos pelo Governo brasileiro.

5.2.1 CONSERVE

Em 1981, foi criado o Programa CONSERVE visando à promoção da conservação de energia na indústria, ao desenvolvimento de produtos e processos energeticamente mais eficientes, e ao estímulo à substituição de energéticos importados por fontes alternativas. O CONSERVE tinha por objetivo estimular a conservação e a substituição do óleo combustível consumido na indústria, especialmente na indústria siderúrgica, de papel e celulose e de cimento. O incentivo foi dado no sentido de que se aproveitasse a capacidade excedente de geração elétrica hidráulica para a geração de calor nas indústrias (eletrotérmica). (Ministério de Minas e Energia, 2008).

5.2.2 Programa de Mobilização Energética

Outro importante conjunto de ações foi aprovado em 1982 nas diretrizes para o Programa de Mobilização Energética (PME). Possui como meta a conservação de energia e a substituição de derivados de petróleo. O PME foi instituído com o objetivo de racionalizar a utilização da energia, obtendo a diminuição do consumo dos insumos energéticos e substituir progressivamente os derivados de petróleo por combustíveis alternativos nacionais. A conservação de energia foi uma das prioridades do programa.

5.2.3 Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

Criado pelo governo federal em 1985, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) é executado com recursos da Eletrobrás e entidades internacionais. O Programa consiste na promoção do uso eficiente de energia elétrica, de maneira a combater o desperdício, reduzindo os custos e os investimentos setoriais. Em 2013 o PROCEL contribuiu para uma economia de 9.74 milhões de Megawatts hora, o equivalente à 2,1% de todo o consumo nacional de energia elétrica daquele ano, o que representa o consumo anual de energia elétrica de aproximadamente 5 milhões de residências brasileiras. Os reflexos ambientais também foram significativos. Devido à economia energética proporcionada, foi possível evitar as emissões de gases de efeito estufa

equivalentes à 935 mil toneladas de CO2 , o que corresponde às emissões de 321 mil veículos em um ano (ELETROBRAS, 2014).

5.2.4 Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural.

O CONPET é um programa do Governo Federal, criado em 1991, para promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis no Brasil. Os principais objetivos do Programa são: racionalizar o consumo dos derivados do petróleo e do gás natural; reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera; promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico; e fornecer apoio técnico para o aumento da eficiência energética no uso final da energia (BRASIL, 2014).

5.2.5 Programa de Eficiência Energética (PEE)

O Programa de Eficiência Energética foi estabelecido em 1998, e consiste em contratos de concessão firmados pelas empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e estabelece obrigações e encargos perante o poder concedente. Uma dessas obrigações consiste em aplicar anualmente o montante de no mínimo 0,5 % de sua receita operacional líquida, em ações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica. Para o cumprimento desta obrigação as concessionárias devem apresentar à ANEEL a qualquer tempo, por meio de arquivos eletrônicos, projetos de Eficiência Energética e Combate ao Desperdício de Energia Elétrica, observadas as diretrizes estabelecidas para a sua elaboração. As diretrizes para elaboração dos Programas são aquelas definidas na Lei nº 9.991[32], de 24 de julho de 2000, bem como aquelas contidas nas resoluções da ANEEL específicas para eficiência energética.

O principal objetivo do Programa é o de promover a utilização racional e consciente da energia elétrica, afim de combater o desperdício e contribuir na ampliação da consciência da sociedade sobre o uso racional dos recursos energéticos, subsidiando o desenvolvimento econômico e social da área em que os projetos estão inseridos.

[32] A Lei º 9.991 será especificada em seguida

Entre os principais segmentos de atuação do PEE estão: serviços de abastecimento de água, hospitais, prédios públicos, escolas, consumidores de baixo poder aquisitivo, Indústrias e educação. O Programa têm apresentado progressos e oferecido vantagens sociais, principalmente no referente à redução no consumo de energia por meio de uma utilização mais racional e, consequentemente, nas despesas com energia elétrica; Em prédios públicos, hospitais, escolas, e delegacias de policia geralmente a atuação é feita no sistema de iluminação com o emprego de equipamentos mais eficientes, obtendo-se a modernização tecnológica e aumento da eficiência; Nos serviços públicos de abastecimento de água e tratamento de esgoto, a aplicação de processos e equipamentos de maior rendimento energético refletem na redução do consumo de energia e no aumento da produtividade dos serviços; Nas Indústrias, houve uma proporcional redução no consumo de energia e melhoria do sistema produtivo com aumento de competitividade, e no que tange a preservação do meio ambiente, a busca por novas tecnologias, voltadas ao uso inteligente e eficiente da energia elétrica. (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2015).

5.2.6 Plano Nacional sobre Mudança do Clima

No sentido de atuar tanto no plano interno, quanto nas negociações internacionais relativas ao tema da mudança global do clima , foi apresentado pelo Governo do Estado Brasileiro em 2008 o Plano Nacional sobre Mudança no Clima, visando incentivar o desenvolvimento e o aprimoramento de ações de mitigação no Brasil, colaborando com o esforço mundial na tentativa de reduzir a emissão de gases efeito estufa na atmosfera. O Plano ainda objetiva a criação de condições internas para lidar com os impactos das mudanças climáticas globais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007).

Os principais objetivos do PNMC são:

> a) Identificar, planejar e coordenar as ações para mitigar as emissões de gases de efeito estufa geradas no Brasil, bem como àquelas necessárias à adaptação da sociedade aos impactos que ocorram devido à mudança do clima;
> b)Fomentar aumentos de eficiência no desempenho dos setores da economia na busca constante do alcance das melhores práticas;

> c) Buscar manter elevada a participação de energia renovável na matriz elétrica, preservando posição de destaque que o Brasil sempre ocupou no cenário internacional;
> d) Fomentar o aumento sustentável da participação de biocombustíveis
> e) Buscar a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quinquenal, em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o desmatamento ilegal zero;
> f) Eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil, até 2015;
> g)Fortalecer ações intersetoriais voltadas para redução das vulnerabilidades das populações;
> h) Procurar identificar os impactos ambientais decorrentes da mudança do clima e fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas para que se possa traçar uma estratégia que minimize os custos socioeconômicos de adaptação do País (PLANO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA, 2007, p.17)

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima apresenta também algumas metas, que se reverterão na redução de emissões de gases de efeito estufa, além de outros ganhos ambientais e benefícios socioeconômicos. São algumas delas: reduzir o índice de desmatamento anual da Amazônia (redução de 80% até 2020); ampliar em 11% ao ano nos próximos dez anos o consumo interno de etanol; dobrar a área de florestas plantadas para 11 milhões de hectares em 2020, sendo 2 milhões com uso de espécies nativas; troca de 1 milhão de geladeiras antigas por ano, em 10 anos; aumento da reciclagem de resíduos sólidos urbanos em 20% até 2015;aumento da oferta de energia elétrica de cogeração, principalmente a bagaço de cana-de-açúcar, para 11,4% da oferta total de eletricidade no país, até 2030; redução constante das perdas na distribuição de energia elétrica nos próximos 10 anos.

5.2.7 Plano Nacional de Eficiência Energética

A oferta de um serviço de energia exige uma cadeia de transformações, transporte e estocagem com origem nas fontes primárias, ou seja, nas formas disponíveis na natureza, tanto de origem renovável (solar, eólica, hidráulica, cana de açúcar e madeira) quanto não renovável (petróleo, gás natural, carvão mineral e energia nuclear) (MMA, 2008). Como forma de reduzir o consumo de energia – primordialmente no domínio da eficiência energética e conservação de energia – e reduzir a emissão de gases efeito estufa, foi implementado, em 2008, adjunto ao PNMC, o Plano Nacional de Eficiência Energética (PNEE).

O atual Plano passa a abranger seis áreas específicas: Transportes; Residencial e serviços; Indústria; Estado e Agricultura. Essas áreas agregam um total de dez programas com um leque de medidas de melhoria da eficiência energética. Segundo o Ministério de Minas e Energia (2008) a implementação do PNEE, representará uma redução no consumo de eletricidade de cerca de 10% na média anual do país até 2030, o que poderá evitar a emissão de 30 milhões de toneladas de CO2 na atmosfera.

5.2.8 Programa Luz para Todos

Com o aumento da população no decorrer dos anos, surgiu a necessidade de formulação de programas que atendessem esta parte da população que, a priori, encontrava-se sem energia elétrica. A formulação de políticas públicas se origina das decisões tomadas pelos governantes, no caso do Programa Luz Para Todos foi formulada pelo governo federal. Neste Programa o governo definiu uma política de ampliação da rede elétrica, principalmente nos meios rurais, comunidades isoladas e áreas indígenas com objetivo de atender às necessidades da população que não conta com os benefícios do fornecimento de energia elétrica. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que este número era, em 2003, de dois milhões e trezentos mil domicílios no país, sendo dois milhões somente no meio rural (Aneel, 2003).

Face essa realidade, a ANEEL, por meio da Resolução No 223, de 29 de abril de 2003, estabeleceu as condições gerais para a elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica (PUEE), fixando as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. Estes planos cravaram o prazo de um ano para as concessionárias de energia alcançarem a universalização dos programas anuais estabelecidos pela Aneel. Para a execução do (PNEE), foi criado o Programa Luz Para Todos, instituído 11 de novembro de 2003. Este Programa tem o intuito de atender a parcela da população brasileira que ainda se encontrava sem acesso à energia elétrica, além de promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade atendida. Coincidentemente, essa parcela da população, segundo o Manual de Operacionalização do Programa Luz Para Todos (2009), encontra-se nos municípios que possuem os menores Índices de Desenvolvimento Humano.

> O Programa Luz para Todos, ao estabelecer novos critérios de atendimento para os agentes executores, garantiu a inclusão de milhões de brasileiros, historicamente colocados à margem do sistema elétrico, e representou um avanço nas relações entre as concessionárias e os consumidores (GUERRA; RIBEIRO; CAMARGO; 2008, p.24)

De acordo com dados levantados pelo censo de 2000 do IBGE, existiam naquele ano, aproximadamente, dois milhões de domicílios rurais sem acesso ao serviço público de distribuição de energia elétrica. Inicialmente previsto para atender dois milhões de famílias até o ano 2003, o Programa Luz para Todos atingiu a marca, em 2012, de dez milhões de brasileiros beneficiados. (MME, 2012).

5.2.9 Legislação e regulamentação relacionadas à Eficiência Energética no Brasil

Em 1996 a Lei nº 9.427, cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Agência possui a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

Em 6 de Agosto de 1997 é promulgada a Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo), que dispõe sobre a Política Energética Nacional e cria a ANP. Esta Lei determina os princípios e objetivos da Política Energética Nacional que determina o aproveitamento racional das fontes de energia, visando, entre outros, o objetivo de proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia. A referida Lei também determina que cabe à ANP fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural e da preservação do meio ambiente.

Em 24 de Julho de 2000, é promulgada a Lei nº 9.991, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica.

Em 17 de Outubro de 2001, é promulgada a Lei nº 10.295, também conhecida como Lei da Eficiência Energética. Esta Lei corresponde ao principal marco regulatório da matéria no Brasil. A referida Lei dispõe sobre a política nacional de conservação e uso racional da energia, visando à alocação eficiente dos recursos energéticos e também a preservação do meio ambiente.

5.3 PRINCIPAIS POLÍTICAS DE ENERGIA RENOVÁVEL DO BRASIL

O Investimento brasileiro em energia renovável tem sido altamente volátil ao longo dos anos, subindo a um pico de US$ 12,2 bilhões em 2008, graças a exploração do etanol derivado da cana de açúcar. Em 2013, a participação de renováveis na matriz energética brasileira foi de 79,3% , número bastante otimista se comparado aos 20,3% na participação mundial e 18,1 % da participação de fontes renováveis na matriz energética dos membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Agência Internacional de Energia, 2013).

A seguir, serão apresentados os principais programas na promoção do uso de energias renováveis no Brasil.

5.3.1 Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O programa foi instituído em 2004, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos concebidos com base em fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). O intuito é promover a diversificação da Matriz Energética Brasileira, buscando alternativas para aumentar a segurança no abastecimento de energia elétrica, além de permitir a valorização das características e potencialidades regionais e locais (BRASIL, 2014).

5.3.2 Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)

O PNPB é um programa interministerial do Governo Federal lançado em 2004, e objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como economica, da produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional. As principais diretrizes do PNPB envolvem a implementação de um programa sustentável, na garantia de preços competitivos, e na produção do biodiesel à partir de diferentes fontes oleagenosas em regiões diversas do Estado brasileiro. Desde o lançamento do PNPB até o final de 2011, o Brasil produziu 8,3 bilhões de litros de biodiesel, reduzindo as importações de diesel em um montante de 5,3 bilhões de dólares, contribuindo positivamente para a Balança Comercial brasileira. O Brasil atualmente compõe, juntamente com a Alemanha e os Estados Unidos, os maiores representantes do mercado mundial de

biodiesel. Outros importantes mercados são a França, a Espanha, a Itália e a Argentina. (BRASIL, 2014).

5.3.3 Resumo dos Programas de Sustentabilidade Energética do Brasil em referência às recomendações do Documento “O Futuro que Queremos”.

A figura 2, ilustrada na sequência, identifica os Programas e Ações na temática energética, promovidos pelo governo brasileiro, demonstrando um alinhamento em conformidade com as recomendações estabelecidas pelo documento gerado pela RIO+20, denominado "O Futuro que Queremos" .

Figura 2 - Status dos programas de energia e energia sustentável brasileiros

RECOMENDAÇÃO	STATUS	PROGRAMA / AÇÃO
Promoção universal acesso à energia elétrica		· Programa Luz para Todos
Implementação de políticas e estratégias nacionais na promoção do mix energético		· Programa de Incentivo às Fontes Alternativa de Energia. · Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
Uso eficiente de tecnologias limpas e renováveis (eficiência energética)		· CONSERVE · Programa de Mobilização Energética · Programa de Eficiência Energética · Plano Nacional de Eficiência Energética
Políticas ao auxílio da redução de gases efeito estufa na atmosfera		· Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e Gás Natural · Plano Nacional de Mudança do Clima
Programas de conservação de energia elétrica		· Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

Não Atendeu as Recomedações

Atendeu as Recomedações

Conforme pode-se perceber, a figura 2, aponta as principais rocomendações Internacionais condizentes à políticas energéticas e de energias renováveis. O caso brasileiro, no que tange a Promoção Universal do acesso à energia elétrica, o Programa Luz para Todos correspondeu à recomendação.

Na implementação de políticas e estratégias nacionais e na promoção do mix energético, o Programa de Incentivo às Fontes Renováveis e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel estiveram de acordo com as respectivas recomendações sobre a problemática renovável.

O programa CONSERVE, o Programa de Mobilização Energética, o Programa Nacional de Eficiência Energética e o Plano Nacional de Eficiência Energética, corresponderam às recomendações internacionais condizentees à políticas que promovam o uso eficiente de energias limpas e renováveis.

Quanto às políticas ao euxílio da redução de gases efeito estufa na atmosfera, o governo brasileiro implementou o Progrma Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e Gás Natural, bem como instituiu o Plano Nacional de Mudança do Clima, representando um quadro positivo quanto às futuras políticas de energias renováveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou um delineamento histórico das Conferências Ambientais, permitindo o aprofundamento na questão do desenvolvimento sustentável, facilitando a compreensão dessa temática e seu nexo com as Relações Internacionais, conforme análise provida no capítulo 3. A magnitude dos problemas ambientais, e sua forma de alcance heterogênica entre os Estados promoveu ao longo das décadas, intensos debates sobre as formas de mitigação para crise ambiental global, bem como atribuições de compromissos que pudessem padronizar as ações dos Estados comprometidos com as políticas ambientais propostas. Apesar do avanço nos estudos científicos na área ambiental, devido ao jogo político e de poder no ambiente internacional, ainda são postos desafios que permeiam o balanço das políticas ambientais em conformidade com as responsabilidades e os limites dos Estados Nacionais.

Ainda no terceiro Capítulo é possível verificar o aporte histórico de onde convergiram as principais Conferências Mundiais sobre Desenvolvimento Sustentável, e por final a Rio+20, expressas no seu documento final cujo título é “O futuro que queremos”, objeto de análise do presente estudo;

Compreende-se no capítulo 4, a trajetória da sustentabilidade no Brasil, fornecendo um aporte para o melhor entendimento das linhas gerais das políticas ambientais do país. O capítulo 5 aprofudou a questão energética, apresentando as principais ações e programas providos pelo Governo brasileiro relacionados às conclusões da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+20, por meio de seu documento final "O Futuro que Queremos".

É inegável o avanço do Estado brasileiro dentro das premissas do desenvolvimento sustentável, que busca enquadrar em um mesmo ponto evolutivo as questões de cunho social, econômico e ambiental. Principalmente, conforme o enfoque do presente estudo, nas políticas ambientais energéticas, que evolvem a necessidade do desenvolvimento de soluções integradas, afim de diminuir a pressão causada nos ecossistemas devido à intensificação da demanda nacional por esse recurso. O país demonstrou uma conformidade plena em relação às recomendações internacionais referentes à energia. Especialmente na promoção do acesso à energia elétrica para a grande maioria da população brasileira. Em relação à

promoção das energias renováveis, a matriz energética brasileira continua sendo abastecida principalmente por usinas hidrelétricas, também consideradas uma fonte de energia renovável. Políticas nacionais ainda foram criadas para promover o aumento do uso de outras formas alternativas de energia, especialmente a biomassa, porém a transição ainda se mostra lenta, devido principalmente à questões de cunho econômico e adaptabilidade social.

O tema energia abre pressupostos para a elaboração de diversas pesquisas dentro da questão do desenvolvimento sustentável global, e do Estado brasileiro, já que este recurso está relacionado com outros fatores antrópicos de imensa importância para a vida humana, como a água, alimentos, e consequentemente à assuntos de segurança internacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. **Das organizações internacionais**. Rio de Janeiro: Forense, 2002. 153 p. ISBN 8530914503.

ALBUQUERQUE, Augusto Guilhon. **Relações internacionais contemporâneas: A ordem mundial depois da guerra fria.** Rio de Janeiro: Editora vozes, 2005.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. **Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil.** 2002.

BEDER, Sharon. **Revolting Developments:** the politics of sustainable development. 1994. 39 f

BRAILLARD, Philippe. DJALLI, Mohammad-Reza. ***Que sais-Je - Les relations internationales.*** Presses Universitaires de France, 1988

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Anuário Estatístico de Energia Elétrica.** 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programas**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/8272-programas-mma>. Acesso em: 29 set. 2014.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. 2014** Disponível em:

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. 2014** Disponível em:

BRASIL, Ministério de Minas Energia. **Programa Luz para Todos.** 2008.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Mudança do Clima.** 2007

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 local:** responsabilidade Socioambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local >. Acesso em: 12 set. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 local:** responsabilidade Socioambiental. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local >. Acesso em: 13 set. 2014

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programas**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/8272-programas-mma>. Acesso em: 29 set. 2013.

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **Globalização e Estado-Nação. 2007.** Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1976/TD160.pdf?sequence=1>

CAMPOS, João. **Organizações Internacionais**, Fundação Calouste Gulbertian, 1999, Lisboa, p.25.)

CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2002.

CAMARGO, Ednaldo; RIBEIRO, Fernando Selles; GUERRA, Sinclair Mallet Guy. **O Programa Luz para Todos:** metas e resultados. 2008
CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2002.

CORREA, Leonilda Beatriz Campos Gonçalves Alves. **Comércio e meio ambiente: atuação diplomática brasileira em relação ao selo verde**. Brasília, DF: Instituto Rio Branco, 1998. 295 p. (Coleção curso de altos estudos do Instituto Rio Branco ;v. 5)

CLEMENÇON, Raymond. **Welcome to the Anthropocene:** Rio+20 and the meaning of sustainable development. 2012. Disponível em:

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

COX, Robert W, ***Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory****. 1981 97-101)*

CLAUDE, Ines, ***Swords into Pilowshares:*** *The problems of International Organizations,* 1962

DEVELOPMENT, **Rio+20 United Nations Conference On Sustainable**. Voluntary Commitments. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/allcommitments.html>. Acesso em: 01 nov. 2014.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade Pós-Capitalista.** São Paulo: Pioneira Thomson, 1993.

DUARTE, Lilian Cristina Burlamaqui. A política ambiental internacional: uma introdução. **Revista Cena Internacional**, Brasília, ano 6, n. 1, P.4-12, jun.2004. Disponível em: http://www.academia.edu/747045/Conhecimento_cientifico_e_formacao_de_regimes_internacionais_ambientais_o_caso_do_regime_de_biosseguranca. Acesso em: 22 mar. 2014.

DEVELOPMENT, **Rio+20 United Nations Conference On Sustainable**. Voluntary Commitments. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/allcommitments.html>. Acesso em: 01 ago. 2013.

DINIZ, Eliezer Martins. **Os Resultados da Rio+10.** 2002. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/RDG/RDG_15/31-35.pdf>

Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3683>

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade Pós-Capitalista.** São Paulo: Pioneira Thomson, 1993.

DUARTE, Lílian C B. **Política Externa e Meio ambiente.** Rio de Janeiro: Zahan 2003

DUARTE, Lilian Cristina Burlamaqui. A política ambiental internacional: uma introdução. **Revista Cena Internacional**, Brasília, ano 6, n. 1, P.4-12, jun.2004. Disponível em: http://www.academia.edu/747045/Conhecimento_cientifico_e_formacao_de_regimes_internacionais_ambientais_o_caso_do_regime_de_biossegurança. Acesso em: 22 mar. 2014.
ECOLOGY FOOTPRINT ATLAS. Global Footprint Network. 2010.

FERREIRA, Leila da Costa. **A Questão Ambiental:** sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. 1998.

FERREIRA, Leila da Costa. **Ambiente e Sociedade, Indicadores Políticos Institucionais de Sustentabilidade:** criando e acomodando demandas públicas. 2000

FERREIRA, Leila da Costa. **Sociologia Ambiental, Teoria Social e a Produção Intelectual no Brasil.** 1998.

GIANSANTI, Roberto. **O Desafio do desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização.** Lisboa: Presença, 2005.
GIL, Antônio Carlos. **Método e técnica de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HASS, Ingrid Freire. **A sustentabilidade cultural:** perspectivas de desenvolvimento para as relações internacionais. Minas Gerais: PUC, 2011. Disponível em http://periodicos.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/1342. Acesso em: 10 fev. 2014.

HIGGINS, Kate; CHENARD, Helen J. **Rio+20: what it might mean for sustainable development.** The North South Institute. 2012

HUNTER, Emily. **The Environmental turning point:** transcending a movement to the forth wave and beyond. Advanced Research In Anthropology, 2011.

LAGO, André Aranha Correa do. **Integrando meio ambiente e desenvolvimento.** 2003.

LAGO, André Aranha Correa do. **Stockholm, Rio and Johanesburg:** Brazil and the three United Nations Conference on the Environment. 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELLO, Fátima; TONI, Ana. **Sustentabilidade e Desenvolvimento no Brasil pos Rio+20.** 2013.

MILANI, Carlos R S. **Ecologia Política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina.**2008. 21 v.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **Crescimento Econômico e Sustentabilidade.** 2007.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável.** 1993.

MOREIRA, Helena Margarido; GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis. **O protocolo de Quioto e as possibilidades de Inserção do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento limpo por meio de Projetos de Energias Limpas.** 2008.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/pnud/>. Acesso em: 16 fev. 2015.
NAÇÕES UNIDAS. **The Future We Want.** Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. 2012.
OHMAE, Kenichi. **The end of the Nation State:** the rise of regional economies. New York. 1995.

OLIVEIRA, Natália Couto. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Relações Internacionais:** uma análise dos indicadores do desenvolvimento sustentável e sua aplicação ao caso brasileiro. 2012.
ORGANIZAÇÂO DAS NAÇÔES UNIDAS. 2012. Disponível em: <www.onu.org>. Acesso em: 10 abr. 2014.

PASSOS, Priscila Nogueira Calmon de. **A Conferência de Estocolmo como Ponto de Partida para a Proteção Internacional do Meio Ambiente.** 2009. 6 v
PELICIONI, Cecilia. **Educação Ambiental: uma estratégia para a participação de conselhos de meio ambiente.** 2000
Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_en.pdf. Acesso em: 04 abril. 2015.
Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_en.pdf. Acesso em: 04 abril. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. 2002. **Integração entre Meio Ambiente e Desenvolvimento** Disponível em: www.unep.org/greeneconomy/

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. 2011. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza:** síntese para tomadores de decisão. Disponível em: www.unep.org/greeneconomy/
PUSCHEL, Lorna; URRUTIA, Osvaldo. **Curso de Derecho Ambiental:** Pontificia Universidad de Valparaíso. 2011.
RELATÓRIO BRUNDTLAND: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro, FGV, 1988.

ROCHA, Jefferson Marçal da. **Política Internacional para o Meio Ambiente:** Avanços e entraves pós Conferência de Estocolmo. 2003. 6 v.
RODRIGUEZ, Graciela. **As Mulheres na Rio+20**: diversas visões contribuindo à debate. 2013.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Back to the visible hand:** the challenges of the second rio de janeiro earth summit. 2012.

SACHS, Ignacy. **En Busca de Nuevas Estrategias de Desarrollo:** temas fundamentales de la cumbre sobre desarrollo social. 1995.

SAMUELSON, Paul Anthony. **Introdução a Análise Econômica**, tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. 7 ed. Rio de Janeiro, Agir; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1972.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SHABECOFF, Philip. **A Fierce Green Fire:** the american environmental movement. 2003.
Último acesso em: 01/06/2015

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication:** a synthesis for policy makers. Bellevue: UNEP, 2011. Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em 11 abr. 2014.

UNITED NATIONS. **Report of the World Summit on Sustainable Development. 2002.** Disponível em:

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2005.

VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jaques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **An American Dilemma of the 21st century.** 2006. 1 v. Case Western University, 2015.

YOUNG, Carlos e F; RONCISVALLE, Carlos A.. **Expenditures, Investment and Financing for Sustainable Development in Brazil.** 2002.
ZHOURI, Andréa. **A insustentável leveza da Política Ambiental:** desenvolvimento e conflitos socio-ambientais. 2007.
HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 268 p. ISBN 8535214534. UCZAI, Pedro F. (Org.).

Energias renováveis e o Brasil + 20. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. 185 p. ISBN 9788573659917

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. 308 p. (Relações internacionais e integraçã

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: uma breve história do século XXI.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 471 p. ISBN 857302741X

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982. 205 p. ISBN 85-224-0601-4.

HENDERSON, Hazel. **Além da globalização: modelando uma economia global sustentável** . São Paulo: Cultrix, 2003. 184 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 1998. 272 p. ISBN 85-249-0050-4.

SPODE, Raphael; XAVIER, Gabriel Geller (Org**.). Abordagem clássica das relações internacionais**. São Paulo: Conceito Editorial, 2012. 307 p. ISBN 9788578742720.

ROBERTSON, Roland : Mapping the Global Condition - Globalization as the Central Concept, 1990, p.17. Tradução livre da autora. Disponível em: <http://www.uk.sagepub.com/dicken6/Sociology%20Online%20readings/CH%201%20-%20ROBERTSON.pdf>

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
DRUCKER, Peter Ferdinand. **Sociedade Pós-Capitalista.** São Paulo: Pioneira Thomson, 1993.

SOLA, Lourdes**. Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 446 p.

GALLIANO, A. Guilherme. **O Método Científico Teoria e Pratica**. São Paulo: Editora Harbra Ltda, 1986.

FRIEDMAN, T.L. **O Mundo é Plano:** Uma breve história do Século XXI. 2007

CLIMATE CHANGE SYNTHESES REPORT Disponível em < http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_SPM.pdf> Ultimo acesso: 21/11/2014.

GIANSANTI, Roberto. **O Desafio do desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HASS, Ingrid Freire. **A sustentabilidade cultural:** perspectivas de desenvolvimento para as relações internacionais. Minas Gerais: PUC, 2011. Disponível em http://periodicos.pucminas.br/index.php/DireitoSerro/article/view/1342. Acesso em: 10 fev. 2014.

LEONEL, Mauro; AQUINO, Julieth. O desafio continua: ambiente, política e democracia - liberais e marxistas. In: SIMONETTI, Mirian Claúdia Lourenção (Org.). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento:** meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. p.41 – 46. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/a%20(in)sustentabilidade.indd.pdf>. Último Acesso em: 10 fev. 2014.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Disponível em: <http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/pnud.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ORGANIZAÇÂO DAS NAÇÔES UNIDAS. 2012. Disponível em: <www.onu.org>. Acesso em: 18 out. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. 2011. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza:** síntese para tomadores de decisão. Disponível em: www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_synthesis_en.pdf. Acesso em: 18 out. 2014.

RELATÓRIO BRUNDTLAND: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro, FGV, 1988.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SAMUELSON, Paul Anthony. **Introdução a Análise Econômica**, tradução de Luiz Carlos do Nascimento Silva. 7 ed. Rio de Janeiro, Agir; Brasília, Instituto Nacional do

Livro, 1972.

SILVA, Carlos Henrique R. Tomé. RIO+20: **Avaliação Preliminar de Resultados e Perspectivas da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**. 20 set. 2012. Portal do Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/rio-20-avaliacao-preliminar de- resultados-e-perspectivas-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 12 jan. 2014.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication:** a synthesis for policy makers. Bellevue: UNEP, 2011. Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em 11 abr. 2014.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2005.

VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jaques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

VUUREN, Detlef P. van; **Pathways to achieve a set of ambitious global sustainability objectives by 2050: Explorations using the IMAGE integrated assessment model.** PBL Netherlands Environmental Assessment Agency, Bilthoven, The Netherlands, 2014.

SCHLEICHER, Rafael; VARELLA, Marcelo; BARROS, Flávia; apud PORTER, Gareth & BROWN, Janet. **Global Environmental Politics**. Boulder: Westview, 1991

WORLD WATCH INSTITUTE Dado disponível em: <http://www.worldwatch.org/node/14477> Ultimo acesso :20/11/2014 e Disponível em < http://wwiuma.org.br/estado_2013.pdf

PNUD Disponível em: < http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf> Ultimo acesso: 20/11/2014

HOBSBAWN **A Idade de Ouro do capitalismo : O *boom* econômico mundial estendido de 1947 a 1973** (Hobsbawm, 1994).

Tradução livre: Age of Extremes: A History of the World. HOBSBAWN, Eric. 1914–1991 (1995, p.287)

(KEOHANE, Robert. ***Power and Independence World Politics in Transition**. 1977, P.1-31).*

SILVA, Guilherme A. e GONÇALVES, Williams. 2010. **"Dicionário de Relações Internacionais"**Editora Manole. p.27-29

www.juliobattisti.com.br/tutoriais/arlindojunior/geografia007.asp

VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael. **Meio Ambiente e Relações Internacionais: perspectivas teóricas, institucionais e novas dimensões de debate.** 2004

SACHS, Jeffrey D. **Economic development – How we measure it, how it varies around the world** (coursebook capítulo 2) . Disponível em: <https://www.coursera.org/course/susdev?from_restricted_preview=1&course_id=973198&r=https%3A%2F%2Fclass.coursera.org%2Fsusdev-002%2Fclass>

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente <http://www.pnuma.org.br/interna.php?id=51> Último acesso: 21/11/2014

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAM

<http://www.unep.org/pdf/081127_POZ> Último acesso: 23/11/2014

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS **(IPCC).** Disponível em:
< http://www.ipcc.ch/> Último acesso: 22/11/2014> e
<http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml> Último acesso: 19/11/2014
<http://www.pnud.org.br/SobrePNUD.aspx> Último acesso: 15/11/2014

ROBERTSON, Roland : **Mapping the Global Condition - Globalization at the Central Concept**, 1990, p.17. Tradução livre da autora. Disponível em: <http://www.uk.sagepub.com/dicken6/Sociology%20Online%20readings/CH%201%20-%20ROBERTSON.pdf> Ultimo acesso: 21/11/2014

Revista de Economia e Relações Internacionais volume 7/ numero 14, 2009 disponível em: <http://www.faap.br/faculdades/economia/ciencias_economicas/pdf/revista_economia_14.pdf> Último acesso: 19/11/2014

ROOME, Nigel: **Sustainability Strategies for Industry: the future of corporate practice**, 1998. p.40)

REES, William. **What is Blocking Sustainability ?** Disponível em: <http://sspp.proquest.com/static_content/vol6iss2/1001-012.rees.pdfv> Ultimo acesso: 23/11/2014

WORLD TRADE REPORT. 2010. Disponível em:

<http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep_e/wtr10-2b_e.pdf>.Ultimo acesso:19/11/2014

World Watch Institute. 2013. Disponível em:

< http://www.worldwatch.org/node/14477> Ultimo acesso :20/11/2014

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO

<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf> Ultimo acesso: 20/11/2014

SACHS, Jeffrey.2014 Disponível em: <https://www.coursera.org/course/susdev?from_restricted_preview=1&course_id=973198&r=https%3A%2F%2Fclass.coursera.org%2Fsusdev-002%2Fclass>

NAÇÕES UNIDAS **. Draft Framework for Sustainable Development**, Sustainable Development Solutions Network (22 paginas) <http://unsdsn.org/files/2012/12/121220-Draft-Framework-of-Sustainable-Development.pdf>

Ultimo acesso: 20/10/2014

MOLTKE, Konrad Von. ***International Environmental Management - trade regimes and sustainability****.* The International Institute for Sustainable Development Disponível em : <http://www.iisd.org/pdf/envmanage.pdf> Ultimo acesso: 25/10/2014

BRESSER, Luiz Carlos Pereira. **Globalização e Estado-Nação. 2007.** Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1976/TD160.pdf?sequence=1>

Beyond the Midpoint – Achieving Millenium Development Goals. 2010.

Disponível em: <http://uncdf.org/gfld/docs/midpoint-mdg.pdf>

The Millenium Project website:

<http://www.millennium-project.org/millennium/overview.html>

HULM, David. ***The Millennium Development Goals (MDGs): A Short History of the World's Biggest Promise. 2009***

<http://www.bwpi.manchester.ac.uk/medialibrary/publications/working_papers/bwpi-wp-10009.pdf>

United Nations Environment Programme Website: <http://www.unep.org/geo/geo3.asp>

FURTADO, Celso**. Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque Histórico-Estrutural. Terceira Edição 2000.**

MONTIBELLER (filho), Gilberto. **Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável – concelhos e princípios**. 1993.

MALTHUS, Thomas. ***An Essay on the Principle of Population*** *1978. Ed* 1998 por Electronic Scholarity Project. Disponível em:

http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf

MOLTHE, Konrad Von. **International Environmental Management, trade Regimes and Sustainability.** The International Institute for International Development - 1996, p.4